



## **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria**

**Adaptação a uma nova realidade, a Cavalaria portuguesa e o  
contato com a arma blindada – Divisão Nun' Álvares (1949-1959)**

**Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria João Gonçalo Vieira Neves**

**Orientador: Professor Doutor António José Telo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, Junho de 2016**



## **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria**

**Adaptação a uma nova realidade, a Cavalaria portuguesa e o  
contato com a arma blindada – Divisão Nun'Álvares (1949-1959)**

**Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria João Gonçalo Vieira Neves**

**Orientador: Professor Doutor António José Telo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, Junho de 2016**

## Resumo

O presente trabalho de Investigação Aplicada subordinado à temática de a “Adaptação a uma nova realidade, a cavalaria portuguesa e o contato com a arma blindada – Divisão Nun’Álvares 1949-1959”. Os meios blindados em Portugal, foram uma valência, que devido às políticas nacionais, bem como aos seus elevados custos de aquisição e manutenção, não tiveram a sua devida atenção até à década de quarenta. Pelo que a mecanização quantitativa e alargada ao Exército apenas se efetuou na década de cinquenta, com os acordos da Organização do Tratado do Atlântico Norte, e onde foram atribuídos, meios blindados, de forma significativa à arma de Cavalaria. E é neste ponto que o presente trabalho foca a sua investigação, fazendo um enquadramento da situação nacional no período pré-aliança e prosseguindo para uma descrição das alterações efetuadas no exército, e na arma de cavalaria mais concretamente, em termos da sua modernização. A análise realizada teve em conta as instalações, os meios e a sua forma de emprego. Os objetivos, definidos para o trabalho pretendem obter respostas para as perguntas derivadas, culminando assim na resposta à pergunta de partida. O trabalho de investigação apresenta-se estruturado em quatro capítulos, sendo que no primeiro capítulo é realizada a revisão de literatura e o enquadramento histórico, de maneira a enquadrar a situação nacional e contextualizar o porquê de as alterações terem sido realizadas naquele âmbito, tal como fornecer uma base de comparação para as mesmas, realizando uma análise da realidade do Exército e da Arma de Cavalaria no período pré-aliança atlântica. No segundo capítulo é descrita a metodologia utilizada, de forma a orientar e estruturar o trabalho, bem como a justificação das opções adotadas durante a investigação. No terceiro capítulo são expostos os resultados, descrevendo o projeto e a evolução do levantamento da Divisão Nun’Álvares, tanto a nível estrutural como nos seus meios e emprego dos mesmos. No quarto capítulo, onde é realizada a comparação entre os meios, orgânica e forma de emprego de um exército com uma mentalidade puramente regimental, e um exército possuidor de meios sofisticados, integrados numa Grande Unidade e sob a orgânica e doutrina americana.

Palavras-Chave: NATO; Divisão Nun’Álvares; Cavalaria; Blindados;

## **Abstract**

This paper subject is “Adaption to a new reality, the Portuguese cavalry and the contact with the Armor. Divisão Nun’Alvares 1949-1959”. The armoured vehicles in Portugal, were an asset that due to national policies, as well as the high costs of acquisition and maintenance, were only given their due attention in the forties. The enlargement of the army and it’s mechanization only happened in the fifties with the agreements of the North Atlantic Treaty Organization, and were assigned to the Cavalry Branch. This is the centre of the investigation, creating a framework of the national situation in the pre-alliance period and the changes made in the army and in the Cavalry Branch, in terms of modernization. The analysis takes into account the structures, the means and the way they were employed. The objectives, were designed to get answers to derived questions, and culminating in the answer of the main research question. The paper is divided in four chapters. The first chapter is the literature review and a historical background is given, in order to frame the national situation and contextualize the changes of why they have been made, and granting a basis of comparison for the same, and performing an analysis of the Army and the Cavalry Branch in the pre-Alliance period. In the second chapter we describe the methodology to develop this investigation and to structure this paper as well the justification of the options adopted during the investigation. The third chapter is where we display the results, describing the project and the progress of Nun’Alvares Division, both structural level as in their equipment and it’s employment. The fourth chapter is the Conclusions of the paper, where a comparison is made between equipment, and the employment of an Army with a purely regimental mentality to an Army with sophisticated equipment and integrated into a Big Unit under the American organization and doctrine

Keywords: NATO; Nun’Álvares Division; Armor; Tanks;

# Índice Geral

	<b>Página</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>ii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>iii</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>iv</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>vi</b>
<b>Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos .....</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>3</b>
<b>1.1.Portugal no pós guerra .....</b>	<b>4</b>
<b>1.2.Portugal e Espanha .....</b>	<b>5</b>
<b>1.3.Exército Português no período pré NATO.....</b>	<b>8</b>
1.3.1.Armamento.....	8
1.3.2.Viaturas Blindadas .....	9
1.3.3.Viaturas (não blindadas).....	11
1.3.4.Distribuição Territorial.....	12
1.3.5.A Cavalaria.....	12
<b>1.4.Adesão de Portugal à NATO .....</b>	<b>13</b>
1.4.1.MAAG.....	15
<b>1.5.O Exército Português na NATO .....</b>	<b>16</b>
1.5.1.Planos NATO .....	19
<b>CAPÍTULO 2. METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>Métodos e Materiais .....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 3. RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1.O Projeto.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2.As instalações/Infraestruturas .....</b>	<b>27</b>
3.2.1.Os hangares .....	29
<b>3.3.A Divisão Nun'Álvares.....</b>	<b>29</b>
<b>3.4.A Cavalaria .....</b>	<b>33</b>
3.4.1.Carros de Combate Americanos.....	34
3.4.2.Carros de Combate Canadianos .....	36
3.4.3.Meios de transmissões dos Carros de Combate da Divisão NATO .....	37
3.4.4.O Emprego .....	38
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1.Resposta às Questões Derivadas .....</b>	<b>42</b>

<b>4.2.Resposta à Questão Central .....</b>	<b>45</b>
<b>4.3.Limitações da Investigação.....</b>	<b>46</b>
<b>4.4.Propostas para futuras investigações .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 Armamento adquirido/ País de origem .....	9
Figura 2 Relação variáveis de análise/Questões Derivadas.....	23
Figura 3 Vantagens e Desvantagens dos CC (1944) .....	39
Figura 4 QO ECC (1939) .....	40

## **Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos**

APA – *American Psychology Association*

BEng – Batalhão de Engenharia

BI – Batalhão de Infantaria

BSan – Batalhão Sanitário

CC – Carro de Combate

CDMM – Companhia Divisionária de Manutenção de Material

CEP – Corpo Expedicionário Português

CIMSM – Campo de Instrução Militar de Santa Margarida

CTm – Companhia de Transmissões

ECC – Esquadrão de Carros de Combate

EME – Estado Maior do Exército

EPC – Escola Prática de Cavalaria

ERec – Esquadrão de Reconhecimento

EUA – Estados Unidos da América

GAAA – Grupo de Artilharia Antiaérea

GAC – Grupo de Artilharia de Campanha

GCC – Grupo de Carros de Combate

GCCD – Grupo de Carros de Combate Divisionário

GCS – Grupo de Comando e Serviços

GU – Grande Unidade

MAAG – *Military Assistance Advisory Group*

MAP – *Military Assistance Program*

MDN – Ministério de Defesa Nacional

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NEP – Norma de Execução Permanente

RAL – Regimento de Artilharia Ligeira  
RAP – Regimento de Artilharia Pesada  
RC – Regimento de Cavalaria  
RE – Regimento de Engenharia  
RI – Regimento de Infantaria  
RL – Regimento de Lanceiros  
TA – Tipo Americano  
TIA – Trabalho de Investigação Aplicada  
TP – Tipo Português

## INTRODUÇÃO

No âmbito do mestrado em ciências militares, na especialidade de Cavalaria, é requerido que na etapa final da formação seja realizado o Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), onde se pretende abordar uma questão relacionada com o nosso meio, e desenvolvê-la de modo a alcançar uma possível resposta para a mesma.

É neste âmbito, que o presente TIA é subordinado à temática “Adaptação a uma nova realidade, a Cavalaria portuguesa e o contato com a arma blindada – Divisão Nun’Álvares 1949-1959”. A razão da escolha desta temática deve-se ao facto de ser um período em que o Exército Português se modernizou a um ritmo considerável, passando de um exército organizado e equipado do período “entre guerras” para um exército com unidades mecanizadas, com os meios mais modernos à época. No entanto, tal como será demonstrado na Revisão de Literatura, não é um assunto que tenha muito material escrito e o que está é de forma mais ampla, abrangendo as Forças Armadas.

Desta forma, o objetivo geral do presente trabalho é a realização da **descrição e compreensão das implicações que a Divisão Nun’Álvares provocou na evolução da Arma de Cavalaria, em Portugal.**

Para alcançar este objetivo é necessário dividi-lo em objetivos específicos, incidindo nas variáveis de análise para a investigação, sendo estes: apresentar e explicar as necessidades de infraestruturas e as alterações na distribuição territorial na arma de cavalaria, provocadas pela criação da Divisão Nun’Álvares; indicar e listar as alterações que foram realizadas no armamento e equipamento da Arma, no âmbito da Divisão; analisar e caracterizar as alterações na doutrina e pensamento da Arma, face às inovações dos novos meios.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos: o primeiro capítulo é realizada a revisão de literatura de forma a reunir e sintetizar o que tem sido escrito recentemente sobre a temática e as principais ideias sobre a mesma, na perspetiva dos diferentes autores. O segundo capítulo descreve a forma como foi organizada a pesquisa,

## Introdução

recolha e análise da informação, descrevendo o método e os procedimentos adotados, bem como os materiais e as suas fontes. O terceiro capítulo contém um enquadramento histórico, onde são reunidos os principais eventos que levaram à criação de uma divisão tipo americana em Portugal, iniciando-se com a situação de Portugal, após a 2ª Guerra mundial, passando para suas opções que foi inicialmente a Espanha e posteriormente os Estados Unidos sob a forma da North Atlantic Treaty Organization (NATO). É ainda realizado neste capítulo uma descrição da situação do Exército Português, antes da adesão à NATO e o processo de adesão à mesma.

Por fim é descrita a forma como foi projetado o levantamento da divisão e o respetivo processo de criação, abordando as infraestruturas e a orgânica da mesma, a sua evolução. É também descrito o papel da Arma de Cavalaria no projeto, bem como os seus meios e a forma como estes foram empregues. Segue-se a apresentação das conclusões referente aos fenómenos descritos, terminando na resposta à questão de partida de “**Quais foram as alterações provocadas pela criação da Divisão Nun’Álvares na Arma de Cavalaria, do Exército Português?**”.

## CAPÍTULO 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sendo o enquadramento histórico, num trabalho desta natureza, uma resultante da revisão de literatura, será abordado neste capítulo uma síntese das principais pesquisas e abordagens publicadas referente às temáticas de Portugal e a NATO e o Exército Português na NATO. A sumarização dos acontecimentos, será feita por ordem cronológica no subcapítulo seguinte.

Através da pesquisa efetuada é notória a escassez de informação relativa a esta temática, sendo o número de obras publicadas é bastante reduzido, destacando-se “Portugal e a NATO – o reencontro da tradição atlântica” (Telo, 1996), “Nova História Militar de Portugal vol. IV” (Teixeira, 2004) e mais recentemente uma tese de doutoramento intitulada de “Planeamento de Defesa e Gestão das Alianças – Portugal nos primeiros anos da Guerra Fria” (Rocha, 2013).

Relativamente a artigos publicados, existem alguns na revista Nação e Defesa, destacando-se “A Contribuição do Exército Português para a OTAN” (Ramalho, 1999) e “Portugal no Momento Fundador da NATO – RAM (à) Portuguesa?” (Pimenta, 2010). Desta forma, é possível constatar que, apesar de ser um período de elevada importância para o Exército Português, não tem sido alvo de muito estudos historiográficos por diversos autores.

A forma de abordagem para este período, é variável de obra para obra, no seu livro, Telo (1996) realiza uma descrição abrangente dos vários acontecimentos que ocorreram desde o final da 2ª guerra mundial até ao início da guerra colonial, desenvolvendo profundamente a situação nacional anterior à adesão da aliança, referindo as várias soluções que o governo português ponderou para a condução da sua política externa e de defesa, pela aproximação à Espanha, à Inglaterra e finalmente aos Estados Unidos. Aborda também o processo de formação da NATO, bem como o processo de adesão de Portugal (e as causas da mesma). Faz a descrição das principais alterações que ocorreram nas Forças Armadas, pormenorizando cada ramo, mas dando apenas valores e alterações mais estruturais.

O processo de integração de Portugal na NATO é considerado nesta obra em três fases, sendo que na primeira, é realizada a estruturação da aliança, definindo as posições e os objetivos de cada país, criando uma lógica de defesa na organização; na segunda fase, é o fenómeno a que o autor chama de revolução serena, “revolução, porque alterou por completo e em pouco tempo as políticas externas e de defesa; serena, porque a mudança se faz de forma gradual, como uma rápida série de pequenos passos, tão lógicos e inevitáveis, que nem sequer se nota a sua importância” (Telo, 1996, p.201). Por fim, na terceira fase, surge uma separação entre a organização e Portugal, devido ao apoio prestado pelos Estados Unidos a alguns movimentos independentistas, divergindo dos interesses nacionais e provocando atuições nos planos de ajuda militar americana.

Na tese de doutoramento de Rocha (2013), este tema é centrado nos planos conjuntos de Portugal com a NATO e a Espanha, estando o trabalho estruturado de forma cronológica. Define inicialmente a situação nacional no pós guerra, incidindo na política externa nacional, e esmiuçando os planos do Pacto Ibérico, bem como os planos NATO aos quais Portugal se comprometeu.

Na Nova História Militar de Portugal, vol. IV (Teixeira, 2004), esta temática é incidida em diferentes áreas, destacando-se a relação entre as Forças Armadas e o poder político, descrevendo as alterações mais estruturantes que ocorreram na instituição, bem como o seu rearmamento, que, apesar de pormenorizado, a sua abrangência divide-se pelos três ramos, não incidindo nas suas Armas ou Serviços, de forma concreta.

### 1.1. Portugal no pós guerra

Os responsáveis nacionais assistem com preocupação ao final da 2ª Guerra Mundial, dando início a uma nova face do regime. Este deixa de acompanhar as grandes tendências do mundo ocidental e adota uma postura mais defensiva. Tal como indica Telo (1996), o regime apresenta “receios”, sendo estes:

- A divisão da Europa em dois tipos de regimes que tinham sido ultrapassados nos anos 30: as democracias ocidentais e os regimes comunistas;
- O avanço dos Estados Unidos da América (EUA) para Leste, ocupando posições que pertenciam tradicionalmente aos poderes europeus (como o Norte de África);

- O surgir dos movimentos autónomos, que vêm em vagas, sendo a primeiro no Extremo Oriente (1946), alastrando para o Médio Oriente e Norte de África;
- Os exércitos russos, que se instalaram no centro da Europa, terminando com o poder geoestratégico da europa central;
- As iniciativas americanas para forçar a criação de um sistema económico internacional baseado no dólar e num mercado mais aberto e livre, pondo em causa os laços económicos tradicionais dos poderes europeus com as suas colónias.

De forma a contrariar estas tendências, os responsáveis nacionais entendiam que Portugal deveria ligar-se à Inglaterra, procurando uma reconstrução com base nos valores tradicionais (as colónias), sem as quais não poderia subsistir de forma autónoma. (Telo, 1996).

Esta análise concorre assim para as duas grandes prioridades da política externa e de defesa de Portugal, no imediato pós 2ª Guerra Mundial: em primeiro lugar, a aproximação ao regime de Franco e sua defesa perante os ataques que partem da Europa Ocidental; em segundo, a aproximação à Inglaterra (Barata, 2004). Há assim consciência de que o futuro do regime estará intimamente ligado à manutenção do franquismo e que no mundo do pós guerra nenhuma ditadura conseguirá sobreviver isolada (Telo, 1996).

## 1.2. Portugal e Espanha

A aproximação de Portugal à Espanha concretiza-se de forma rápida e suave. Passa principalmente pela reafirmação do Pacto Ibérico e pelos acordos de defesa assinados no imediato pós-guerra. Estes acordos são multifacetados e preveem três níveis de colaboração, cada um com instrumentos e métodos próprios. Segundo Telo (1996), estes níveis seriam:

- O primeiro nível, respondia a um cenário de uma 3ª Guerra Mundial na Europa a curto prazo, coisa que tanto Lisboa como Madrid consideravam com um elevado grau de probabilidade. E onde as forças ibéricas estimavam que os russos chegariam aos Pirenéus em cerca de três meses, pois não consideravam que seriam as dezenas de divisões espalhadas pela Europa que lhes resistiriam. Os planos conjuntos de defesa dos Pirenéus previam o envio de uma força expedicionária portuguesa, responsável pela zona Oeste, na região do país Basco.

- O segundo nível de colaboração era a resposta a um eventual golpe interno, o que poderia envolver uma parte das forças armadas. Estando previsto que, assim que fosse recebido o pedido de auxílio por parte de um dos Governos, o outro se deslocaria e poria à disposição as suas próprias forças armadas.
- O terceiro nível de colaboração dizia respeito à troca de informações das polícias políticas para contestação das respetivas oposições.

Portugal acrescenta a este esquema geral a ideia de que seria sempre necessário defender as linhas do campo de Lisboa, tal como foram traçadas nos planos com Inglaterra durante a guerra. Elas eram o último baluarte, caso a barreira dos Pirenéus não resistisse. Estes planos levaram à aprovação no pós-guerra de um muito ambicioso programa de rearmamento, que confirmava e continuava o de 1935. A tônica era colocada no Exército, que, com material recebido dos aliados depois da cedência da Base das Lajes, podia já dispor do equivalente a 5 divisões de infantaria e 1 batalhão motorizado em caso de mobilização. É uma força muito substancial para o normal em Portugal, mas insuficiente para os planos existentes (Rocha, 2015).

O ministro da guerra, Santos Costa, faz aprovar um imenso plano que prevê a formação equivalente a 10 divisões de infantaria e uma mecanizada em caso de mobilização, com 5 outras divisões pior equipadas para funções de defesa territorial. Um total de 16 divisões (Barata, 2004).

O plano aprovado tem a função de assegurar a aproximação à Inglaterra, pois considera-se que a secular aliança ainda é a melhor garantia para a defesa do império. Em 1947, responsáveis portugueses apresentam uma ambiciosa proposta a Londres, que, a ser concretizada, correspondia a um pacto de defesa mútuo. Lisboa começa por recordar os planos de defesa de Portugal continental, elaborados durante a guerra, e afirma que deseja a sua atualização e manutenção na nova fase. Segundo a análise feita, seria necessária uma força de 16 divisões para a defesa de Portugal. Como Portugal pode armar de momento o equivalente a 5 divisões de infantaria e 10 batalhões de caçadores em caso de mobilização, pede-se que a Inglaterra forneça o equipamento para as outras, e é apresentada uma imensa lista de tudo o que era necessário, desde a artilharia aos blindados e veículos (Barata, 2004).

O governo britânico nesta altura está empenhado no Pacto de Bruxelas e não esconde que o seu verdadeiro objetivo é trazer os EUA para a defesa ativa da Europa. Assim, a Inglaterra limita-se a responder que tentará fornecer o equipamento possível, mas não tem disponível o mais importante e numeroso, pelo que sugere uma diligência junto dos EUA, o único fornecedor alternativo (Telo, 1996).

Washington mostrava-se muito interessada em estreitar os laços com Portugal em termos militares, devido essencialmente aos seus interesses de longo prazo nos Açores. As ilhas portuguesas tinham sido classificadas pelo Estado Maior Conjunto americano, logo em 1944, como uma das 6 únicas bases “vitais” a manter no pós-guerra, o que levou os EUA a fazerem importantes cedências para conseguirem o direito de construir um imenso aeroporto em Santa Maria. Depois da guerra, os ingleses aceitaram retirar imediatamente dos Açores, mas os EUA pedem bases permanentes nas ilhas, estando dispostos a generosas contrapartidas em termos militares e económicos para as conseguirem (Telo, 1996).

Os pedidos americanos são encarados com fortes reservas por parte dos responsáveis portugueses, pelo que Portugal aceita ceder no máximo o uso da base das Lajes e de outras instalações por curtos períodos. É uma solução de compromisso enquanto se preparam os acordos com a Espanha e a proposta de defesa apresentada à Inglaterra em Janeiro de 1947 (Barata, 2004).

Com a recusa por parte do governo britânico, a posição de Portugal muda, e tenta-se uma aproximação aos EUA, pois tal como Londres tinha indicado era a única alternativa possível. Lisboa sugere a cedência (temporária) de bases nos Açores, em troca de duas garantias que tinham sido a base da aliança inglesa, a garantia da defesa de Portugal continental e a do império (Barata, 2004).

O governo americano estava constitucionalmente proibido de assinar qualquer tratado de defesa permanente fora do continente e nunca poderia aceitar um compromisso de defesa ativa de um império europeu. Porém, dá uma tal importância aos Açores que não apresenta uma negativa direta e faz o máximo de cedências possíveis, chegando a pontos de propor uma formulação ambígua, de onde se poderia concluir que qualquer ataque a Portugal provocaria uma resposta por parte dos EUA, mas sem um compromisso formal permanente. Lisboa não fica satisfeita com esta solução, no entanto esta é suficiente para permitir aos americanos a utilização das Lajes até 1948 (Telo, 1996).

### 1.3.Exército Português no período pré NATO

A estrutura base do Exército Português, alvo das diversas alterações resultantes da adesão de Portugal à NATO e da política internacional em 1935, constituía-se como uma base para a preparação da defesa nacional e fixação dos fins gerais da guerra, no caso de ter de a dirigir (Oliveira, 1995).

As medidas que vinham a ser tomadas desde 1935 preparavam a reorganização de fundo do Exército. Esta reforma ficou geralmente conhecida pela Organização de 1937 (Barata, 2004).

A organização militar, que a Constituição Política de 1933 previa, asseguraria a intermutabilidade das unidades e formações militares em operações, a identidade de formação dos quadros e a uniformidade do material (Oliveira, 1995).

#### 1.3.1.Armamento

O rearmamento do Exército foi a preocupação das autoridades militares e dos responsáveis pela governação do País, neste período.

A situação de ineficácia, em que se encontravam os meios colocados à disposição dos militares portugueses face aos restantes exércitos, era bastante grave. Estando estes “Obsoletos sob vários aspetos, designadamente quanto a organização, aquartelamentos, fardamento, equipamento e armamento, tornava-se necessário fazer uma renovação de todos os seus meios. Em 1936 ainda se dispunha do armamento utilizado na Grande Guerra e outro anterior” (Oliveira, 1994, p.421).

A política militar no campo dos armamentos, que deveria em princípio ajustar-se a uma conceção de cooperação com a Inglaterra, sofreu de uma conjetura complexa que levou, de início, a largas aquisições de material na Alemanha e na Itália (Barata, 2004).

As obstruções inglesas ao fornecimento de armamento ao Exército Português, possivelmente, estavam associadas a dúvidas sobre o destino final das encomendas. O governo britânico temia o seu desvio para as tropas de Franco (Oliveira, 1994).

Dada a urgência da reorganização do Exército e do seu armamento, procurou-se a aquisição de material em outros países da Europa, além de se continuar a insistir com a

Inglaterra. Essas diligências foram dando os seus frutos e assim novas armas ligeiras deram entrada nos depósitos e foram distribuídas às tropas. Espingardas *Mauser* e metralhadoras ligeiras *Dreyse*, vindas da Alemanha, e metralhadoras *Breda* vindas de Itália, constituíram o grande volume inicial do rearmamento, como está demonstrado na tabela 1. O seu calibre 7,9 mm obrigou à uniformização de todo o armamento ligeiro. Daí, a recalibragem de algumas armas aproveitáveis, como a espingarda *Mauser-Vergueiro* e o fabrico da respetiva munição (Oliveira, 1994).

<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
1937	Alemanha	Espingardas <i>Mauser</i> 7,92mm	----
17 de Agosto de 1938	Itália	Metralhadoras <i>Breda</i> 7,92 mm	1250
Setembro de 1938	Itália	Aviões <i>Breda 65</i>	10
1 de Novembro de 1941	Alemanha	Munições de pistola 7,65 mm	3800 Kg

Figura 1 Armamento adquirido/ País de origem

O rearmamento impunha também a melhoria das condições fabris existentes no País, e daí, o Ministro da Guerra ter assinado contrato, em Novembro de 1938, com a firma *Hahn & Kolb*, de *Stuttgart*, para o fornecimento de máquinas-ferramentas para a Fábrica Militar de Braço de Prata (Oliveira, 1994).

### 1.3.2. Viaturas Blindadas

As viaturas blindadas começaram a ser utilizadas a partir de 1930. No entanto, o interesse do país foi reduzido, muito tendo em conta nadevido à carência de recursos financeiros para as mesmas (Oliveira, 1995).

Num artigo intitulado “Exército Português Carros de Combate (1ª Parte) – carros de combate de origem inglesa” da autoria de Coutinho (2012), é possível observar que os primeiros carros de combate que existiram no Exército Português foram adquiridos em 1931 com o objetivo de testar o conceito de utilização de viaturas blindadas.

“Eram dois carros ligeiros *Vickers* de 6 toneladas, um na versão Mk A, com duas torres, cada uma armada com uma metralhadora; o outro, na versão Mk B, com uma única torre, armada com um canhão de 47 mm e uma metralhadora. Estes dois carros foram atribuídos ao Batalhão de Caçadores nº 5” (Coutinho, 2012, p.8).

No seguimento das negociações com a Inglaterra para a cedência das bases dos Açores, esta comprometeu-se a enviar, até Outubro de 1943, o equipamento necessário para completar três divisões e uma força efetiva de defesa aérea. Foi no âmbito destes acordos que foram recebidos 18 carros de combate *Valentine*, seguindo-se de mais seis. Com estes carros formou-se o Batalhão de Carros nº 1, na Amadora, tendo ainda sido fornecidos em 1943 mais 12 *Valentines* e 48 carros de combate *Centaur I*, em 1946 (Coutinho, 2012).

As imagens das viaturas utilizadas neste período pelo Exército Português encontram-se no Anexo A.

#### 1.3.2.1. Vickers 6 ton m/931

“O carro de combate vickers 6 ton foi desenvolvido na Grã-Bretanha a partir de meados dos anos 20, como carro de combate médio, tendo sido apresentado pouco depois. O exército britânico nunca adotou o veículo, mas ele transformou-se num dos mais importantes carros de combate dos anos 30, porque foi adquirido por vários países” (Coutinho, 2012, p.9).

#### 1.3.2.2. *Valentine* Mk II 16 ton 4 cm m/943

Em 1943 chegaram os *Valentine* e em 1947 passou a haver três regimentos blindados: o RC 3, o RC 4 e o RC 7, que dispunham de *Valentine*. Em 1948 a EPC recebeu 6 do RC 3 (Coutinho, 2012).

Nas considerações realizadas por Coutinho (2012) no seu artigo, este afirma que o carro de combate era bastante fiável e resistente, dispunha de bons meios de transmissão rádio, e que a sua peça de 4 cm, embora obsoleta, era muito precisa e a metralhadora coaxial era fiável. Tinha uma velocidade máxima de 24Km/h e tinha uma blindagem máxima de 65 mm.

### 1.3.2.3. Centauro Mk I 27 tpn 5,7 cm m/946

“Os Centauro, comprados em 1946, eram um carro de combate obsoleto e que viera sem sobressalentes, o que originou diversos problemas durante o seu tempo de serviço, até 1956/57” (Coutinho, 2012, p.10).

Observa ainda que estava armado com uma peça de 5,7 cm e duas metralhadoras *Besa*, uma coaxial e outra na proa. Os meios de transmissão rádio eram semelhantes aos do *Valentine*, estando equipados com um emissor-recetor P19.

Nos 48 Centauros que foram recebidos, estavam presentes dois modelos da peça de 5,7 cm, as de cano curto (43 calibres) e as de cano longo (50 calibres).

“A primeira unidade que recebeu este material foi o RC 7, depois coube ao RC 3 e por último o RC 4. Em finais de junho de 1948, foram transferidos do RC 7 para a EPC quatro CC “Centauro” e, em Outubro, mais dois provenientes da Fábrica de Braço de Prata (FBP)” (Coutinho, 2012, p.11).

### 1.3.3. Viaturas (não blindadas)

O Exército, no século XX, desenvolveu progressiva, embora lentamente, a sua motorização. O primeiro ensaio de motorização no Exército remontava a 1903, quando, por influência do Coronel de Engenharia Carlos Roma Du Bocage, foi recebida de França uma bateria de 4 obuses de 15 cm, rebocada por tratores automóveis (Oliveira, 1995).

Mas chegou aos anos 40 com o seu sistema de transportes ainda largamente baseado no transporte a dorso e na tração animal.

É já no período da 2ª Guerra Mundial que se verificaram as entradas mais significativas de material automóvel, primeiro de origem inglesa e depois americana. Provenientes de Inglaterra, destacam-se as galeras Austin, as viaturas T.T. Austin e Bedford, mais frequentemente utilizadas nas transmissões e como reboques das metralhadoras pesadas antiaéreas, e os tratores Austin e Bedford, especialmente preparados para o transporte ou reboque dos canhões anticarros de 5,7 cm (Barata, 2004).

#### 1.3.4. Distribuição Territorial

Em 1937 foi promulgada uma profunda reorganização, cujas linhas gerais se viriam a manter a longo prazo. A 2ª Guerra Mundial e, sobretudo, a posterior entrada de Portugal na NATO fizeram com que se introduzissem algumas modificações, mas apenas na parte organizativa (Oliveira, 1995).

No Outono de 1939, em Portugal, era estabelecida a nova Divisão Militar do Território Metropolitano. “Este diploma implantava a organização de tempo de paz do Exército, criada em 1937, ficando o país dividido em quatro regiões militares: a 1ª com sede no Porto, a 2ª em Coimbra, a 3ª em Tomar e a 4ª em Évora e o Governo Militar de Lisboa além de dois Comandos Militares, repetivamente em Ponta Delgada e no Funchal” (Oliveira, 1995, p.401).

Os comandantes de cada Região Militar e Comando Militar dependiam diretamente do Ministro da Guerra. Os limites da cobertura militar do território tinham em especial atenção as convergências de ordem estratégica e de mobilização, os recursos humanos das regiões, o sistema de comunicações e a divisão político-administrativa (Barata, 2004).

No total havia 65 unidades de Infantaria, 16 de Artilharia, 9 de Cavalaria e 6 de Engenharia.

Em Anexo B, encontra-se o mapa da distribuição territorial referida anteriormente.

#### 1.3.5. A Cavalaria

Na arma de Cavalaria reduziram-se de 9 para 7 os regimentos existentes, passando, em contrapartida, um regimento a ser motorizado, essencialmente destinado a fornecer às Brigadas de Cavalaria, Esquadrões de Autometralhadoras, Esquadrões de Motos e Esquadrões de Auto transportados (Barata, 2004).

Como o problema da motorização e mecanização do Exército ainda era motivo de geral controvérsia e discussão, o governo ficava autorizado a tomar oportunamente as medidas adequadas que poderiam ir até à mecanização integral de uma das Brigadas de Cavalaria (Oliveira, 1995).

Em 1937, a Arma de Cavalaria compreendia (Oliveira, 1995):

- 1 Inspeção de Cavalaria;
- A Escola Prática de Cavalaria;
- 1 Depósito de Remonta;
- 3 Centros de Mobilização de Cavalaria;
- As tropas de cavalaria, que seriam:
  - 2 Brigadas de Cavalaria, a dois Regimentos;
  - 3 Regimentos de Cavalaria;
  - 1 Regimento Motorizado;

Em Anexo C, está apresentado o mapa da distribuição territorial da Arma de Cavalaria, na referida reorganização.

A cavalaria começou então a ter unidades blindadas. Em 1939, o Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, teve a sua sede em Évora até terminarem as obras do quartel, o antigo convento de São Francisco, precisamente para que o regimento pudesse passar a uma unidade blindada (Barata, 2004).

#### 1.4. Adesão de Portugal à NATO

A formação da NATO passou por três etapas. A primeira, caracteriza-se pelos contactos dos EUA com os países do Pacto de Bruxelas, no sentido de estudar os planos para a defesa da Europa, onde obviamente se chega à conclusão que esta não é possível com as diminutas forças dos países europeus envolvidos. A segunda, pelos contactos entre a Inglaterra e os EUA para a defesa da bacia do Atlântico, logo de seguida alargados ao Canadá e aos restantes membros do Pacto de Bruxelas (Telo, 1996).

É nesta segunda etapa que se decidem as principais características da futura NATO, em termos dos seus objetivos, empenhamento e tipo de organização.

A terceira etapa, pelo alargamento dos contactos no sentido de cobrir zonas periféricas em relação ao núcleo central, mas importantes em termos estratégicos e de

comunicações. O convite a Portugal fica a dever-se principalmente às posições das ilhas Atlânticas, essenciais nas pontes aéreas para o Sul da Europa e nos planos nucleares americanos (Telo, 1996).

O convite de adesão dirigido a Portugal em 1948 é recebido com certa surpresa e levanta reservas e dúvidas, onde os EUA e a Inglaterra respondem aos receios portugueses, esclarecendo que os compromissos base da NATO já foram discutidos e que estão assentes, pelo que nenhum deles possa ser alterado (Ramalho, 1999).

Após o acordo de formação NATO, e no seguimento do início da Guerra da Coreia, os EUA, no fim dos anos 50, informam os países integrantes da aliança que vão aumentar em grande escala a sua ajuda militar, e solicita que cada país diga quais são os seus planos para que a ajuda seja adequada (Barata, 2004).

É ministro da Defesa que prepara a resposta portuguesa depois de consultar os ministros dos ramos, corrigida por Salazar e posteriormente revista por Paulo Cunha. Nesta resposta afirma-se que o esforço militar português começou antes da segunda guerra mundial, e tem como objetivo central formar de imediato 10 Divisões de Infantaria e uma Divisão Blindada (projeto de 1938) (QG/CMSM, 2012).

Mais se afirma que esta força será completada com unidades de defesa aérea e de costa, e ainda com tropas africanas. Portugal dispõe de armas ligeiras e pesadas, tem um esqueleto de organização e de instrução e tem preparadas as reservas e o pessoal necessário para a construção de sete ou oito divisões (numa perspetiva de orgânica e material) (Telo, 1996).

O problema é que nem a orgânica nem o material são adequados e, portanto, Portugal não possui nem uma divisão nas condições necessárias requeridas pela NATO. Os americanos recebem este documento com estupefação, pois ele significa que o atraso das conceções por parte dos portugueses é tão grande que nem eles se apercebem da sua existência. Desta forma, a NATO entende que a sua principal missão é mudar a mentalidade nacional, por meio da multiplicação de contactos de modo a que os militares portugueses se apercebam da real dimensão do abismo entre o Exército Português e um exército moderno. Só depois de obtida esta noção é que se pode falar em ajuda militar e em crescimento, para que este seja correto (Telo, 1996).

Após a aprovação da ajuda militar, foi criada a organização central do *Military Assistance Program* (MAP) cujo vértice era o Secretário de Estado da Defesa. Em cada país recetor de ajuda militar era criado um órgão de coordenação local, designado por *Military Assistance Advisory Group* (MAAG), na teoria dirigido pelo chefe da missão diplomática local, normalmente um embaixador, mas na prática um militar. Neste MAAG participam também os responsáveis pela ajuda económica, bem como os responsáveis das relações públicas, informações e propaganda (QG/CMSM, 2012).

A principal missão, do MAAG de Lisboa, é de informar os portugueses do conceito de ajuda militar americana. Começa por informar que não se espera uma guerra na Europa até 1954, mas que podem ocorrer acontecimentos semelhantes aos da Coreia, por exemplo em Berlim. Indica que o objetivo americano é pôr desde já a indústria de defesa a trabalhar numa base alargada e criar até 1954 um conjunto de forças convencionais que consiga resistir a uma invasão russa, desenvolvendo o treino e as instalações militares necessárias, pelo que solicita a Portugal que prepare uma lista concreta das suas necessidades (QG/CMSM, 2012).

#### 1.4.1.MAAG

A forma do MAAG abordar o problema português consistiu na prioridade em criar um mínimo de unidades operacionais e transferir os recursos do Exército para a Marinha e Força Aérea.

No exército, deveriam concentrar-se recursos numa única unidade e deixar que depois o exemplo da modernidade funcionasse transformando todas as outras em obsoletas. Os portugueses continuam a pensar em crescimentos quantitativos, pois não têm sequer a ideia dos custos de manter uma unidade moderna, pelo que a melhor solução é modernizar uma unidade e deixar que eles aprendam a lição dum modo prático. A prioridade máxima dos americanos é dada à formação e treino. Sobretudo nos escalões intermédios, onde ela fazia mais falta, e porque estes escalões acabam por subir na hierarquia. Este conceito é misturado com o conceito de “ilhas de eficácia”, concentrando os poucos técnicos existentes em poucas unidades que venham a servir de exemplo e alavanca de mudança (QG/CMSM, 2002).

Então Portugal começa a receber equipamentos, apesar de não cumprir os critérios definidos para a sua receção, armazenamento, uso e manutenção. É por insistência de

Portugal que o Plano de Defesa de Médio Prazo da NATO prevê para o nosso país, até fins de 1952, uma Divisão de Campanha e três Territoriais, estas últimas deverão subir para oito até 1954. Mas o MAAG não se esgota de discutir intenções, pelo que insiste que os planos anuais dos três ramos das forças armadas sejam analisados com cuidado, de modo a identificar com precisão as reais necessidades. É então que Santos Costa faz uma concessão muito importante, ao aceitar que as nossas unidades se adaptem nas suas orgânicas aos padrões da NATO (QG/CMSM, 2002).

No segundo trimestre de 1951 partem para as diversas escolas do Exército Americano, o primeiro conjunto significativo de militares portugueses que vão frequentar os cursos mais diversos, desde manutenção de equipamentos a cursos de Estado-Maior.

O impacto destes cursos é imenso, pois os oficiais selecionados para os frequentar são os jovens mais promissores da sua geração e têm no fim dos cursos capacidades para avaliar o desnível qualitativo existente entre os dois exércitos (Telo, 1996).

### 1.5.O Exército Português na NATO

O plano de defesa de médio prazo da NATO previa que se atingisse um objetivo de cerca de 50 Divisões na frente central europeia, até 1954. O método utilizado para se atingir este número resultava da distribuição a cada país de um objetivo próprio, sendo o somatório geral de 50 divisões. Isto significa que no essencial cada país dizia o que podia fazer (QG/CMSM, 2002).

Ora, como Portugal afirmava ter meios para mobilizar cerca de 11 Divisões (um quinto de toda a frente europeia) e equipar por completo quase oito, Santos Costa, nas primeiras reuniões da NATO, afirmou que o país se comprometia a defender o seu território, criar três Divisões para a defesa dos Pirenéus e cinco divisões para a NATO, como uma força para operações na Europa Central. No entanto o Plano de Defesa de Médio Prazo da NATO só prevê a formação de uma Divisão para Portugal (QG/CMSM, 2002).

Em começos de 1951, o Ministro da Defesa publica uma diretiva intitulada “O Esforço Militar Português”, em que os planos portugueses anteriormente referidos são plasmados e justificados. Afirma-se, então, que Portugal pode mobilizar 557 022 homens. Mas como só dispõe de 10 262 sargentos e 8906 oficiais, só poderia enquadrar e organizar

cerca de 300 mil. Quanto às oito primeiras classes de mobilização (cerca de 250 000 homens) elas podiam ser mobilizadas através de uma simples decisão governamental, pelo que é possível formar rapidamente 10 Divisões de Infantaria e 1 Divisão Blindada (Barata, 2004).

Mas a diretiva referida desce até pormenores da orgânica das Divisões, definindo dois tipos: as divisões tipo P (TP), territorial e as de campanha, ou tipo americano (TA). Em Março de 1951 o Ministério de Defesa Nacional (MDN) envia nova diretiva ao Estado Maior do Exército (EME), onde retoma o conceito de duas orgânicas divisionárias diferentes, afirmando que a diferença fundamental entre elas se prende com a quantidade de carros de combate e meios motorizados. O MDN esclarece que a divisão TA usa 132 carros de combate e a TP simplesmente 66 (QG/CMSM, 2002).

Mas o EME rapidamente se apercebe que aquilo que é designado por divisão TP não tem nada a ver com a conceção americana e que a diferença é muito maior do que umas dezenas de carros de combate a mais ou menos. Pelo contrário, é todo um mundo técnico e tático que corresponde a conceções diferentes e que, em última instância corresponde a organizações sociais diferentes. Desta forma é então constatado que uma Divisão Americana utiliza mais técnicos especialistas do que os existentes na totalidade do Exército Português. O pior na situação é que cerca de trezentas especialidades do Exército Americano nem sequer existiam em Portugal e algumas nem sequer se ouviram falar (QG/CMSM, 2002).

Após o confronto com uma realidade diferente foi necessário rever todos os planos e concluir que não é viável o plano de levantar mais quatro Divisões TA, até 1954. No segundo semestre de 1951, a ação da NATO faz-se sentir no exército, quando o MAAG aparece e começa a chegar o primeiro equipamento americano, no âmbito do acordo dos Açores. Naturalmente, na fase inicial, o maior impacto dá-se a nível dos planos gerais e da organização (QG/CMSM, 2002).

No esquema defensivo da NATO, os exército britânicos operavam no Norte da Alemanha e tinham a sua retirada prevista para o Canal da Mancha, numa reedição de Dunquerque. Isto colidia com a linha de retirada natural para a força portuguesa que deveria ser no sentido dos Pireneus. Além do mais, as linhas logísticas portuguesas correriam no sentido norte-sul, enquanto as linhas logísticas da NATO no sentido este-oeste. Este obstáculo, juntamente com o facto dos responsáveis portugueses não quererem

as suas unidades longe dos Pirenéus, levou a que Portugal aceitasse a integração num Exército Americano, na região de Bordéus, no sul da França. Mas esta decisão acarretava que as Divisões Portuguesas, integradas num Exército Americano tivessem que adotar a organização, treino, o equipamento e a logística americana e não a inglesa, o que por sua vez colidia com a predominância do material inglês existente no nosso exército (Telo, 1996).

Naturalmente que o MAAG tinha grande influência nestas discussões internas, pois os oficiais americanos salientavam a necessidade de coerência afirmando que as Divisões Portuguesas são para integrar num Exército Americano então, tem que ser em tudo semelhantes às americanas. Os americanos arrancam, desde logo, com a formação de um conjunto de técnicos numa escala até então nunca vista em Portugal e, só no mês de Junho de 1951, são enviados trinta oficiais do exército para os mais diversos cursos no exterior, enquanto dois consultores americanos fazem um levantamento completo da defesa nacional, chegando a estudar a indústria de defesa (Telo, 1996).

O levantamento inicial que o MAAG fez das Forças Armadas Portuguesas, vem a confirmar claramente o que já se sabia: as Divisões só existiam no papel, pois têm um armamento muito variado, uma logística inoperante, uma quase total ausência de equipamentos de engenharia e comunicações, treino inadequado, falta de capacidade de comando e grandes limitações de transporte. Das lacunas referidas foi necessário priorizar, sendo o principal alvo a formação dos oficiais (QG/CMSM, 2002).

A perspetiva do MAAG era que, nomeando para os cursos os oficiais mais novos, isto tivesse o efeito de afastar os mais idosos, obtendo-se mais rapidamente um exército mais moderno. Neste sentido, eram feitas pressões para que os oficiais mais novos e competentes fossem escolhidos para a Divisão TA, chegando a propor limites de idade e seleção por meio de testes americanos, o que provocou reações de desagrado num país em que a escolha das pessoas se baseava acima de tudo na confiança política (QG/CMSM, 2012).

Mas há outros fatores a intervir nesta discussão, como seja o facto do material americano, que começara a chegar a Portugal, provocar uma grande admiração num exército que tinha como referência o material europeu, na melhor das hipóteses do final da 2ª guerra mundial. Os nossos carros de combate mais modernos eram os *Cromwell* ingleses, de 27 toneladas equipados com uma peça de 75 mm. Os novos carros de combate

americanos que chegaram a partir de 1951, são carros com 46 toneladas e uma peça de 90 mm. No resto do material as diferenças se não são iguais são maiores, o que acarreta uma admiração por parte dos oficiais portugueses, tornando mais fácil aos americanos divulgarem as suas teses (QG/CMSM, 2012).

Estas alterações, na perceção das coisas ao fim de poucas semanas de atividade do MAAG, acabaram por chegar ao conhecimento do Ministério da Defesa, que começa então, a ter a noção de que o levantamento de cinco Divisões TA em pouco tempo era totalmente irrealista. Então o MDN faz uma proposta de levantamento imediato de duas Divisões, numa perspetiva de criação dum Corpo de Exército, escalão já elevado e que se julgava ser o mínimo para se poder ter uma palavra na condução das operações no teatro europeu. Os americanos ao receberem a nova proposta, já sabiam da irrealidade do pedido, pois para tal estão em falta milhares de técnicos e centenas de especialidades, pelo que enviaram apenas uma lista do que era necessário para criar uma única Divisão, lista esta que causou um grande alvoroço, não só pelo pessoal necessário mas também pelo material que fazia falta (QG/CMSM, 2012).

#### 1.5.1. Planos NATO

Nos inícios de 1952, e no seguimento da Cimeira da NATO, em Lisboa, as propostas portuguesas aproximaram-se mais da realidade, com uma redução substancial (Rocha, 2015):

- Caso a guerra comece em 1952, Portugal contribui com unidades para a defesa do continente e ilhas, contra ameaças menores e com uma única Divisão Territorial para uso nos Pirenéus, com um grau de prontidão de D+60;
- Caso a guerra comece em 1953, a contribuição portuguesa aumenta e, para além das unidades de defesa direta ao território nacional, garante-se uma Divisão Territorial para os Pirenéus e uma de campanha a usar em França em D+30, sendo ambas duplicadas em D+60;
- Caso a guerra comece em 1954, maior é a contribuição portuguesa que passa a ser de duas Divisões de Campanha e um Territorial em D+30, aumentando para mais duas divisões territoriais em D+60, para além das unidades de defesa direta.

Esta redução representa quase para metade das propostas portuguesas, mas mesmo assim demasiado ambiciosas. O EME fez reuniões com o MAAG para tentar implementar as suas ideias, mas o problema é que, para implementação de uma divisão TA, há que formar milhares de técnicos, sendo que a formação de base americana é muito superior à nacional, fazendo imensa diferença no que diz respeito às unidades de apoio como seja o caso da logística, das comunicações, engenharia e serviço de saúde (QG/CMSM, 2012).

A questão das especialidades técnicas, levou a que ainda em 1952, o EME iniciasse estudos variados e complexos, tendo-se concluído que não era possível adotar a metodologia americana, tendo-se optado por eliminar muitas e simplificar a formação em muitas. Mas mesmo assim a primeira relação de especialidades aprovada em 23 de Março de 1953 inclui 423 especialidades (QG/CMSM, 2012).

A criação das especialidades técnicas não resolvia por si só a questão. Foi sendo necessária a criação de um órgão que coordenasse todas as atividades relacionadas com essa atividade. É nesta altura em que nasce o Serviço de Material do Exército, o Serviço de transportes e quando o Serviço de Transmissões se separa da Engenharia Militar.

No último trimestre de 1952, os trabalhos para a formação da Divisão NATO arrancavam decisivamente e a construção do Campo Militar de Santa Margarida recebe a prioridade de trabalhos (QG/CMSM, 2002).

Uma das dificuldades sentidas foi a falta de Oficiais de Estado-Maior para integrar a Divisão e o futuro Corpo de Exército. Com o auxílio do MAAG, tentou-se de imediato organizar cursos especiais com o triplo da frequência normal. Mas mesmo assim, o curso tinha a duração de dois anos, pelo que só em fins de 1954 é que poderiam estar formados os Oficiais necessários para as forças referidas (QG/CMSM, 2012).

Mas as questões de formação dos militares não se esgotam só no Estado-Maior, passa-se o mesmo com quase todas as outras especialidades do Exército, tendo-se organizado dezenas de cursos de formação, muitos deles animados pelos Oficiais e Sargentos que tinham tirado cursos no estrangeiro, a partir de 1951, e tendo-se solicitado à NATO a marcação de mais cursos, quer nos EUA quer na Alemanha (QG/CMSM, 2002).

Os novos Sargentos e Cabos que surgiram com a Divisão NATO, são essencialmente especialistas e técnicos, destinados a funções muito diferentes das

tradicionais. Era então necessário que o seu recrutamento seja feito de uma forma diferente e em sectores sociais diferentes, dispondo duma formação base mais avançada (QG/CMSM, 2012).

Outra alteração sensível no interior do Exército, passou-se ao nível da produção da doutrina, dos regulamentos e dos manuais técnicos para os novos materiais. Entre 1951 e 1957 são aprovados dezenas de novos regulamentos e instruções, necessários não só para lidar com os novos equipamentos, como também para difundir normas e tácticas e de Estado-Maior, consequência duma Divisão de tipo novo que já não podia ser comandada e utilizada com os conhecimentos da primeira guerra mundial (QG/CMSM, 2012).

## CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

No presente capítulo irá ser exposta a metodologia base, utilizada para a realização do presente trabalho de investigação, fundamentando as decisões tomadas durante a realização da mesma e descrevendo o modelo de análise utilizado de forma a permitir enquadrar a estrutura do trabalho na obtenção de respostas para as questões derivadas, concluindo com a resposta à questão central.

A redação deste trabalho foi realizada tendo como referência as normas de orientação internas da Academia Militar, de forma a uniformizar e regular a realização dos diferentes trabalhos, normas estas complementadas com as normas *American Psychology Association* (APA) e com o livro de Teses em Ciências Sociais (Neves, 2015).

O procedimento adotado para o presente trabalho é o método histórico, que consiste na investigação de diversos acontecimentos, processos ou instituições de forma compreender a sua natureza e influência nos acontecimentos posteriores ou na atualidade, tendo sempre em consideração o contexto cultural particular da época em estudo e os vários fenómenos que levaram á ocorrência do acontecimento em estudo (Lakatos & Marconi, 2003).

“O método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenómenos.” (Lakatos & Marconi, 2003, p.80)

No entanto, devido à natureza deste método, a revisão de literatura e os procedimentos de estudo constituem partes do mesmo processo, não existindo instrumentos de medida, pelo que no capítulo referente à revisão de literatura será apresentada uma síntese e relação das principais obras referentes desta temática, mas não aprofundando os acontecimentos, pois estes são alvo do capítulo 3, enquadramento histórico.

Para a estruturação da investigação e de forma a obter resposta para a questão central de: **Quais as alterações provocadas pela Divisão Nun'Álvares na Arma de Cavalaria do Exército Português?**

Foram definidas variáveis de análise, de forma a especificar a abordagem à questão bem como a limitação da mesma. Estas variáveis concorreram diretamente para a divisão da questão central em questões derivadas, cuja a relação é representada na seguinte figura:

Questão Principal	Quais foram as alterações provocadas pela Divisão Nun'Álvares na Arma de Cavalaria, do Exército Português?
<b>Variáveis de análise</b>	<b>Questões derivadas</b>
Infraestruturas/ Distribuição Territorial	Quais foram as necessidades de infraestruturas e as alterações na distribuição territorial, que a criação da Divisão Nun'Álvares provocou na Arma de Cavalaria?
Meios	Que alterações foram realizadas no armamento e equipamento da Arma de Cavalaria no âmbito da Divisão Nun'Álvares?
Emprego	Que alterações se verificaram na doutrina e pensamento da Arma face ao salto tecnológico dos meios adquiridos no âmbito do programa de ajuda militar americano?

Figura 2 Relação variáveis de análise/Questões Derivadas

O trabalho foi organizado em quatro capítulos: o primeiro capítulo é apresenta a revisão de literatura, descrevendo as principais ideias dos diversos autores sobre a temática, bem como o enquadramento histórico, tendo como referência os mesmos, é realizada uma síntese dos acontecimentos anteriores ao período em estudo, analisando a situação nacional no período pós-guerra, de forma a enquadrar as alterações que se verificariam no período seguinte, é efetuada uma análise ao Exército Português e à Arma de Cavalaria, pelas mesmas variáveis de análise que moldam a investigação, de forma a possibilitar a comparação com as alterações posteriores, e alcançar uma investigação concisa. No terceiro capítulo, resultados, são apresentadas as alterações provocadas pela

## Metodologia

criação da Divisão Nun'Álvares, bem como a evolução da mesma durante o período de 1949-1959, descrevendo-se o projeto e a criação das suas infraestruturas, as alterações orgânicas e regimentais que esta provocou, e o seu impacto, em termos de meios e emprego dos mesmos na Arma de Cavalaria.

## Métodos e Materiais

O processo de investigação iniciou-se no início de 2015, onde foi realizado o projeto do mesmo, numa fase inicialmente exploratória de forma a clarificar e entender o estado da arte relativo à questão. Devido à escassez de informação específica disponível, realizou-se um levantamento de todas as obras bibliográficas disponíveis na biblioteca da Academia Militar, no Arquivo Geral do Exército.

O método de recolha de informação, foi realizado exclusivamente por análise documental, sendo as fontes, mais significativas e fidedignas, os artigos da 2ª série da Revista de Cavalaria, pois estão neles espelhados a realidade e as opiniões vividas na época e em primeira pessoa pelos oficiais que participaram nestas alterações.

## CAPÍTULO 3. RESULTADOS

### 3.1.O Projeto

Enquanto politicamente se decidia qual e como seria a contribuição portuguesa para a NATO, era inquestionável a necessidade dum espaço para a instrução e treino duma Grande Unidade (GU). Relembramos que o Exército Português era de características regimentais, com unidades tipo de dimensões reduzidas, espalhadas pelo território nacional e possuidoras de pequenos espaços anexos, onde se fazia tiro de armas ligeiras e se dava instrução às unidades elementares (Telo, 1996).

Naturalmente, esta estrutura conduziu ao que se pode chamar de “mentalidade regimental”, na perspetiva de não ser entendido o que era uma GU e quais as suas possibilidades. A utilização de material ultrapassado tecnologicamente conduzia forçosamente a conceitos de emprego das unidades completamente desfasados da realidade do teatro de operações (TO) europeu como tinha ficado definido no fim da 2ª guerra mundial (Telo, 1996).

Mas era necessário construir um grande campo, e poderá ser observado que grande parte dos pressupostos iniciais ainda estavam da mentalidade descrita e que se iniciou a construção do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (CIMS) para um tipo de unidade e acabou por ser e um tipo diferente (QG/CMSM, 2012).

Pertenceu ao Ministro do Exército, General Abranches Pinto, a decisão da instalação do primeiro campo de instrução militar, destinado ao treino de tropas de todas as armas e de grandes unidades, do Exército Português (QG/CMSM, 2012).

Nas suas diretivas, ficou definido do seguinte modo as condições respeitantes à localização, dando como mínimas as seguintes condições (QG/CMSM, 2012):

- Proximidade de vias de comunicação rodovias e ferroviárias, e de água em abundância;

## Resultados

- Terreno pobre, para não onerar o preço total com grandes custos de aquisição, e também terreno pouco acentuado, para reduzir quanto possível os movimentos de terra, sempre dispendiosos;
- Região afastada de povoações e cujas proximidades se possam realizar à vontade exercícios de todas as armas e de uma GU;
- Se possível, na proximidade de zona já servida pela rede elétrica nacional;
- Ficar próximo de um campo de aviação.

As condições referidas foram encontradas na região de Santa Margarida da Coutada, perto do Tramagal.

Tratava-se então de construir um campo de instrução onde fosse possível reunir, no máximo, uma Divisão com todos os seus meios orgânicos em tropas e serviços, durante um período variável em cada ano, para treino e exercícios em conjunto, um campo de utilização temporária (QG/CMSM, 2012).

E para isso era necessário prever e construir um conjunto de edifícios e instalações de todo o tipo, destinadas a alojar, temporariamente, 15 a 20 mil homens e respetivo material, sem qualquer sombra de supérfluo ou de luxo, mas somente com o mínimo indispensável de conforto e condições de higiene (QG/CMSM, 2012).

O pressuposto inicial sobre as tropas a alojar era o de uma Divisão tipo P (portuguesa) que estava organizada do seguinte modo: 3 Regimentos de Infantaria a 3 Batalhões cada, 3 Grupos de Artilharia ligeira e 1 de Artilharia pesada. 1 Grupo de Cavalaria, 1 Batalhão de Engenharia, 1 Batalhão de Transmissões, 1 Quartel General e os Serviços anexos necessários a uma Divisão não enquadrada numa GU superior (QG/CMSM, 2012).

Mas, além das tropas a alojar constituintes da 3ª Divisão, havia, além disso, que prever edifícios para a Polícia Militar e para uma Secção da GNR em serviço permanente, cantinas, estação telegrafa-postal, capela e residências para o pessoal que tinha de prestar serviço permanente no campo. O isolamento do campo tinha os seus custos (QG/CMSM, 2012).

A questão financeira levou a uma orientação na definição de critérios de construção, admitindo-se que ela era tanto mais económica quanto menos fosse a variedade de edifícios a construir, tendo-se então adotado uma construção modular, com um módulo

que permitisse a fácil compartimentação interna, de acordo com o destino do edifício (QG/CMSM, 2012).

Nesta base, foram reduzidos a três os tipos principais de edifícios: um para casernas, depósitos de material, comandos de unidades, alojamentos de oficiais e sargentos e refeitórios de praças, só diferindo entre si pela compartimentação interior, outro para balneários; e um terceiro para instalações sanitárias (QG/CMSM, 2012).

Mas para o treino de 1952/1954, foi necessário dividir a execução do plano em duas fases. Foi dada prioridade numa primeira fase à construção de edifícios de comando, messes, refeitórios, balneários e instalações sanitárias, deixando-se para a segunda fase a construção de casernas e assumindo-se que, na fase inicial, as tropas utilizavam tendas durante a realização de exercícios (QG/CMSM, 2002).

Mas em relação aos planos originais, surgiu uma dificuldade que não estava prevista, os carros de combate americanos M47 *Patton*. Como não era possível recolhê-los na Escola Prática de Cavalaria (EPC), em Torres Novas, põe-se o problema da sua recolha e manutenção. Daí a necessidade de serem construídos hangares para recolha e manutenção de carros de combate, bem como adicionalmente alojamento para o pessoal do respetivo centro de instrução (QG/CMSM, 2012).

### 3.2.As instalações/Infraestruturas

Foi aberto um concurso entre os oficiais de engenharia, e foi adotado o edifício do concorrente classificado em primeiro lugar, com ligeiras alterações. Trata-se duma construção abarracada com 10,20 m de largura, por 38,50 m de comprimento, onde os edifícios não têm interiormente qualquer compartimentação, nas traseiras, ao longo de cerca de 2/3 do comprimento há uma espécie de corredor, onde ficam lavabos e sanitários, se o edifício é destinado a caserna, e fogões para cozinha, se destinado a refeitório (QG/CMSM, 2012).

Cada um destes edifícios pode comportar 180 homens em beliches (2x90) ou seja, o correspondente a uma companhia de infantaria, na orgânica da época. Deste modo, estavam previstas, por cada Regimento de Infantaria (RI), doze casernas, que não foram construída na primeira fase, salvo na zona de cavalaria, onde estava previsto funcionar o Centro de Instrução de Carros de Combate (QG/CMSM, 2012).

## Resultados

Dos edifícios de comando das unidades, os destinados a alojamento de Oficiais e Sargentos, são do mesmo, mas com uma compartimentação interior adequada formando quartos para oficiais e pequenas camaratas para sargentos, a um lado e outro de um corredor central (QG/CMSM, 2012).

Para cada aquartelamento de RI foram destinados dois edifícios de comando, sendo um para o RI e um Batalhão de Infantaria (BI) e outro para dois BI (QG/CMSM, 2012).

Inicialmente o Quartel-General (QG) foi dotado com dois edifícios do mesmo tipo e ligados entre si por um corredor sem saída para o exterior, o bloco de edifícios addim formado tem apenas uma entrada pela fachada da frente e outra pela de trás, por motivos de segurança, os edifícios de formação do QG são também do mesmo tipo (QG/CMSM, 2012).

O segundo tipo de construção era destinado a balneários, construído à razão de um por BI ou unidade equivalente de outras armas. Eram germinados, quando serviam aquartelamentos em condições de o permitirem. Tinham 52,5 m de comprimento e 6,40 de largura, com capacidade para 96 homens (QG/CMSM, 2012).

O terceiro edifício era o das instalações sanitárias, que também podiam ser germinadas ou simples, com 24,5x5,6 m. Tem divisórias de cimento, formando cabinas individuais, que podem ou não ser dotadas de portas simples, giratórias, não colocadas inicialmente (QG/CMSM, 2012).

Quanto à avenida central do campo, com cerca de 3 km, foi inicialmente planeada com um perfil transversal, compreendendo: duas faixas de rodagem, de seis metros cada, separada por uma faixa central relvada, faixas de 5 metros em macadame para as viaturas de lagartas, bem como faixas para peões (QG/CMSM, 2012).

Outras questões de relevância para as instalações do CIMSM também ocorreram, como a construção da estação de comboios de Santa Margarida, em coordenação com a CP, os furos realizados para resolver os problemas de escassez de água, o fornecimento de energia elétrica ao campo militar, bem como a construção da sua própria rede de esgotos e telefónica, não irão ser desenvolvidos no presente trabalho devido à limitação de dimensão, e por não serem fulcrais para o desenvolvimento da temática em estudo (QG/CMSM, 2012).

### 3.2.1. Os hangares

A previsão da chegada dos carros de combate M47 *Patton* obrigou também a alterações no projeto inicial, em duas vertentes: a sua recolha e manutenção e a questão do seu transporte para Santa Margarida. O que os estudos da altura indicaram que só poderia ser realizado por via férrea, o que esclarece a falta de capacidade do Exército para o transporte de veículos desta dimensão. Sendo assim houve desde logo a necessidade de pensar na construção da estação de caminhos de ferro de Santa Margarida. Quanto à questão da recolha e manutenção foram projetados hangares, com uma capacidade de uma companhia (22 carros) e que apresentavam possibilidade de saída rápida. Poder-se-iam recolher em cada hangar 45 a 50 carros, desde que prejudicada a rapidez da sua saída (QG/CMSM, 2012).

Estes hangares são edificações de 60x24 metros com uma estrutura geral de pilares de cimento armado. Cada hangar tem num topo uma porta central de 12 metros, permitindo a entrada de pequenos aviões de observação de artilharia, ou outros semelhantes, e no topo há duas portas laterais de 6 metros (QG/CMSM, 2012).

### 3.3. A Divisão Nun'Álvares

Em 1953 acabou por se decidir a organização de uma Divisão de Infantaria, a qual foi dada a designação de 1ª Divisão do Corpo Expedicionário Português (CEP). Esta designação tinha, claramente reminiscências da Grande Guerra.

Mas ainda no 2º semestre desse ano, esta Grande Unidade iniciou as suas atividades, tendo então realizado as primeiras manobras divisionárias no CIMSM (QG/CMSM, 2002).

O Exército Português tinha uma estrutura regimental, pelo que a 1ª divisão estava organizada em Regimentos, como força de manobra, e as forças que a integraram eram cedidas pela unidades do Governo Militar de Lisboa e de várias Regiões Militares, tendo o Quartel-General sido instalado, inicialmente, no Edifício do Estado-Maior do Exército, em Lisboa (QG/CMSM, 2002).

A estrutura orgânica da Divisão era a seguinte (Ramalho, 1999):

- Quartel General;
- 3 Regimentos de Infantaria (com 1 ECC);

## Resultados

- 3 Grupos de Artilharia de Campanha 10,5 cm;
- 1 Grupo de Artilharia de Campanha 14 cm;
- 1 Grupo de Artilharia Antiaérea 4 cm;
- 1 Grupo de Carros de Combate;
- 1 Esquadrão de Reconhecimento;
- 1 Batalhão de Engenharia;
- 1 Companhia de Transmissões;
- 1 Batalhão Sanitário;
- 1 Companhia de Quartel-Mestre;
- 1 Companhia de Manutenção;
- 1 Companhia de Polícia Militar;
- 1 Companhia de Reacompanhamento;
- Banda de Música;

“Tendo sido reconhecida a necessidade de ser o próprio General que comandava a Divisão a dirigir e impulsionar diretamente a instrução desta GU, foi resolvido que o seu comandante fosse o próprio comandante da Região Militar em que se mobilizasse o núcleo principal da divisão” (QG/CMSM, 2012, p.82).

Em 1954, já com a designação de 2ª Divisão do CEP, esta GU concentrou-se de novo no CIMS, sob o comando do General Comandante da 2ª Região Militar, realizando manobras divisionárias que se prolongaram durante 36 dias, nos meses de Setembro e Outubro (QG/CMSM, 2012).

Acabou por se reconhecer, com estes últimos exercícios, o que parecia uma evidência: haveria especiais vantagens se as unidades da divisão estivessem aquarteladas próximo do CIMS, na perspectiva de um melhor aproveitamento das condições para a instrução e treino de grandes massas de tropa (QG/CMSM, 2002).

## Resultados

Assim sendo, a Divisão que se organizou em 1955 teve por base as unidades da 3ª Região Militar, que tinha a sua sede na cidade de Tomar. Passou então a designar-se por 3ª Divisão, designação que manteve até à sua extinção (QG/CMSM, 2012).

A partir desta data, o seu Quartel General instalou-se em Tomar e só se deslocava para Santa Margarida, em períodos de exercícios ou manobras, tal como sucedia com a 2ª Divisão.

No entanto, esta parecia não ser ainda a organização ideal. O facto de o General Comandante da Região Militar ser o mesmo da Divisão não era também a melhor solução, pelo que em 1956 foi nomeado outro oficial general para o comando da Divisão, mas dependente do General comandante da 3ª Região Militar. Também acabou por parecer que esta não era ainda a melhor solução e, em 1957, o Quartel General da Divisão passou definitivamente para o CIMSM.

Do ponto de vista orgânico, em 1956 a Divisão sofreu uma nova alteração com a substituição da Companhia de Transmissões por um Batalhão de Transmissões.

A partir daqui, e à exceção de alterações de pormenor no quadro orgânico a estrutura e efetivos orgânicos são os mesmos até à sua extinção.

Mas a estrutura regimental das unidades de manobra também viria a ser posta em causa por influência da NATO, e acabaram em 1960, nas manobras desse ano, acabaram por ser ensaiadas outras organizações, que se destinaram a pôr à prova para um grande unidade – a Brigada de Infantaria – orgânica da Divisão do tipo LANDCENT, que o Exército Português estudou, organizou e adaptou ao material existente, numa perspetiva de verificar as suas possibilidades de implementação.

Em 1953 foram realizadas manobras divisionárias mas as unidades participantes foram cedidas por unidades territoriais do Governo Militar de Lisboa e de várias Regiões Militares ainda sem carácter definitivo.

Só em 1954 esta questão ficou resolvida, sendo então definido que as unidades da Divisão eram cedidas pelas seguintes unidades territoriais (QG/CMSM, 2012, p.85):

RI nº 10, 12, 14 – 1 Comando de RI e 2 BI, cada;

RI nº 2, 7, 15 – 1 BI, cada;

RAL nº 2 – CAD e 2 GAC 10,5 cm;

## Resultados

RAL nº 4 – 1 GAC 10,5 cm;  
RAP nº 3 – 1 GAC 14 cm;  
GACA nº 3 – 1 GAAA 4 cm;  
EPC – 1 GCC;  
RC nº 5 – 1 ERec e 3 ECC  
EPE – 1 BEng;  
RE nº 2 – 1 CTm;  
2º GCS – 1 Bsan;  
1º GCAM – 1 Comp Quartel-Mestre;  
CDMM – 1 Comp Manutenção de Material;

Cedo começaram as alterações e, logo em Julho desse ano, a EPE passou a fornecer, também, a Companhia de Transmissões que era encargo do RE nº 2. Em Agosto foi determinado que o encargo da mobilização e de preparação do Esquadrão de Reconhecimento fosse atribuído ao RC nº 8, em substituição do RC nº 5 (QG/CMSM, 2012).

Mas o ano de 1954 não iria acabar sem mais alterações, desta vez no que respeita à redefinição das unidades territoriais com responsabilidades de mobilização das unidades da Divisão, passando na sua quase totalidade a unidades da 3ª Região Militar, da forma como segue (QG/CMSM, 2012):

RI nº 2 – 1 RI (+1 BI);  
- 1 Comp Repletamento;  
RI nº 7 – 1 RI (+1 BI);  
RI nº 15 – 1 RI (+1 BI)  
- Companhia Comando /QG;  
- Banda de Música;  
RI nº 10, 12 e 14 – 1 BI cada;

## Resultados

RAL nº 2 – 1 GAC 10,5 cm;

RAL nº 4 – CAD e 2 GAC 10,5 cm;

RAP nº 3 – 1 GAC 14 cm;

GACA nº 2 – 1 GAAA 4 cm;

RC nº 3 – 1 GCC;

RC nº 8 – 3 ECC;

Mas já em 1955 se concluiu que a Divisão necessitava da Polícia Militar, pelo que foi atribuído ao RL nº 2 a preparação e mobilização duma Companhia de Policia Militar (QG/CMSM, 2012).

### 3.4.A Cavalaria

A chegada a Portugal do Carro de Combate M47 *Patton*, em 1952, veio dar um forte impulso à mecanização da Cavalaria Portuguesa, que já se tinha iniciado com outros Carros de Combate, como são os casos do *Valentine*, o *Centauro*, o *Stuart* (M5A1), o *Chaffee* (M24), e o *Sherman* (M4A3). Contudo, esta nova plataforma impôs-se pelas suas linhas, velocidade e potência de fogo, bem como pela sua manobrabilidade, facilidade de condução e por vir dotada com novos sistemas de pontaria e visibilidade noturna – os infra-vermelhos. Portugal passava assim a fazer parte dos países que possuíam uma das melhores e mais modernas máquinas de guerra (QG/CMSM, 2002).

A Arma de Cavalaria responde de forma afirmativa a este desafio, levando a cabo algumas tarefas de significativa importância: implementa um exigente plano de formação de quadros, enviando militares à Alemanha para frequentar cursos; são traduzidos manuais americanos; estudam-se novas orgânicas a adotar; e, formam-se os primeiros Esquadrões de Carros de Combate M47. É assim constituído o Grupo Divisionário de Carros de Combate (GDCC). À Escola Prática de Cavalaria (EPC), sediada então em Torres Novas, competia organizar, treinar e manter este GCC, destacado no então Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (CIMS), com destino à Divisão Nun'Álvares (QG/CMSM, 2002).

### 3.4.1. Carros de Combate Americanos

#### *M47 Patton*

Em 1952 foram recebidos os primeiros 55 carros de combate (CC) *M-47 Patton*, ao abrigo da ajuda NATO.

De Outubro de 1952 a Maio de 1953, foram realizados no Regimento de Cavalaria (RC) 7 cursos de CC *M-47* para oficiais e sargentos. Também parte das guarnições dos *Valentines* e dos “Centaurus” dos RC 3, RC 4 e RC 7, nos primeiros meses de 1953, foram reciclados para operarem os CC *M-47* (Coutinho, 2013).

Em Junho de 1953, teve início no CIMSM, a cargo dos RC 3 e RC 4, a preparação do pessoal para o GCC e para os ECC dos três RI da 1ª Divisão de Infantaria. O RC 3 formava o GCCD e o RC 4 os três ECC regimentais (Coutinho, 2013).

Os *M-47* eram o carro de combate principal do nosso exército. Vieram para Portugal acabados de sair da fábrica.

Os ECC da 1ª Divisão de Infantaria, eram constituídos por quatro pelotões, cada um com cinco CC *M-47*. Os dois carros de combate do comando dos ECC, eram *Sherman M4 A3 E8*, com peça de 10,5 cm. Durante as manobras da 1ª Divisão, que tiveram início em Setembro de 1953, os ECC já eram constituídos por três pelotões (a cinco CC cada) e os dois carros do comando dos ECC eram também *M-47*.

“Fam as manobras a meio, quando foi recebida ordem para terminarem e recolher o pessoal às unidades. Os *M-47* ficaram parqueados no lamaçal que existia onde hoje ficam as placas de lavagem para CC no “Quartel da Cavalaria” do Campo Militar de Santa Margarida (CMSM). Para a recuperação dos CC foi constituído um Centro Eventual de Revisão de Material, liderado por oficiais de Cavalaria que tinham feito os cursos de manutenção de CC nos E.U.A e na Alemanha” (Coutinho, 2013, p.40).

Em 1954, foi iniciada a preparação da 2ª Divisão (Divisão Nun’Álvares). O GCCD passou a ser encargo da EPC e os três ECC Regimentais do RC 8 (Coutinho, 2013).

### M-24 *Chaffee*

“Os carros de combate M-24 chegaram em 1952, juntamente com os carros de combate M-47. Inicialmente foram para o RC 7, onde foi ministrado o primeiro de CC M-47 e M-24 para oficiais e sargentos de Cavalaria” (Coutinho, 2013, p.41).

Depois do curso, os primeiros nove M-24 foram destinados sete para o RC 5 (Aveiro), unidade responsável pelo levantamento do Esquadrão de Reconhecimento da 1ª Divisão e os outros dois para o Pelotão de Reconhecimento, do Esquadrão de Comando e Serviços (ECS), do GCC da 1ª Divisão (Coutinho, 2013).

Em 1954, conseguiram obter-se mais sete M-24, para o Esquadrão de Reconhecimento (ERec) da EPC. Foram recebidos pela EPC em 1 de Maio de 1955. Era um carro muito rápido, manobrável e, para a época, bem armado para o reconhecimento (Coutinho, 2013).

Disponha de uma peça M6 de 7,5 cm, de duas metralhadoras *Browning* 7,62 (EUA) (coaxial e da proa) e de uma metralhadora exterior *Browning* de 12,7 mm. A peça de 7,5 cm do CC M-24 é a versão para CC da peça M5 de 7,5 cm instalada nos bombardeiros B-25 *Mitchell*, para utilização contra navios. Este carro, dispunha de dois motores e tinha muita dificuldade em os sincronizar (quando estavam a trabalhar, havia uma tolerância máxima de 200 rpm, de um em relação ao outro). O que dificultava a sua utilização no Verão, pois aqueciam muito (Coutinho, 2013).

### Carros de Combate M-4 *Sherman*

Na mesma altura em que vieram os M-47, foram recebidos carros de combate Sherman, eram os carros de combate que, pelos Q.O.M da 1ª Divisão, eram atribuídos aos comandos dos seis ECC (Coutinho, 2013).

Os EUA forneceram sete carros deste modelo para a Companhia de Engenharia de Combate, do Batalhão de Engenharia da 1ª Divisão (Coutinho, 2013).

Ao pelotão de reconhecimento/ GCC Divisionário, carro de combate *Sherman* M4A3 HVSS 32 ton 7,6 cm m/53 (2).

Vieram para Portugal apenas dois CC deste modelo. Destinavam-se aos Pelotões de Reconhecimentos do Grupo de Carros de Combate Divisionário. Mas que nunca foram atribuídos (Coutinho, 2013).

#### 3.4.2. Carros de Combate Canadianos

Em 1956, o Governo Português aceitou a cedência, pelo Canadá, ao abrigo do auxílio mútuo da NATO, de um conjunto de carros de combate obsoletos, destinados às Divisões de segunda linha, que acreditava ter capacidade de levantar, para serem utilizadas em caso de conflito europeu (Coutinho, 2013).

Na prática, essas divisões nunca chegaram a ser criadas e grande parte do material acabou por se degradar em depósito.

Do lote, faziam parte (Coutinho, 2013):

- 90 carros de combate ligeiros M5A1 *Stuart* (carro de combate M5 A1 Can. 15 ton. 3,7 cm m/1956);
- 50 carros de combate M4 A1 *Grizzly* (carro de combate *Sherman* “*Grizzly*” M4 A1 32 ton. 7,5 cm m/1957);

Estes carros de combate substituíram os CC *Valentine* nos Esquadrões de Reconhecimento. Os carros de combate M4 A1, *Sherman* “*Grizzly*”, foram destinados à EPC (1958-1966), ao RC 7 (1957-1966), e os restantes ficaram no Depósito Geral de Material de Guerra (Coutinho, 2013).

Para todo este material blindado vieram emissores-recetores P19 Mk III, de origem canadiana. A arma de transmissões optou por transferir os velhos P 19 Mk I e Mk II dos *Valentine*, dos Centauros e das Autometralhadoras *Humber* para os M4 A1 e M5 A1, algumas destas viaturas ficaram mesmo sem equipamento rádio. Os P19 que os canadianos enviaram nunca chegaram a ser desencaixotados, com exceção de 10 que foram requisitados pela EPC (Coutinho, 2013).

#### M5 A1 *Stuart*

Foi o carro de combate que substituiu os *Valentine* nos Esquadrões de Reconhecimento das unidades de Cavalaria. Três destes carros foram utilizados em Angola, integrados no BCav 1627, tendo chegado mesmo a participar em combate, onde tiveram sucesso. A possibilidade de dirigir rapidamente contra o inimigo em emboscadas, permitia desorganizar as forças atacantes e permitia ganhar superioridade tática no momento, para responder com eficácia à emboscada. Estes carros estiveram ao serviço de 1956 a 1966(Coutinho, 2013) .

Não vieram munições para este CC, pelo que se utilizavam as munições da peça da Autometralhadora *Humber* e das metralhadoras .30 dos CC M-24, M-47 e *Sherman* dos EUA (Coutinho, 2013).

#### M4 A1 *Grizzly*

No RC 7 existiram dois Esquadrões de CC M4 A1 *Grizzly*, canadianos, e na EPC um pelotão. O sistema de transmissões rádio nunca funcionou em condições, porque, em vez de terem instalados nos carros os rádios que os canadianos enviaram, optaram pelos rádios dos “Centaurus”, que já estavam com algum desgaste (Coutinho, 2013).

As dificuldades de manutenção, resultantes da falta de pessoal técnico e de sobressalentes, obrigaram a um modesto desempenho deste equipamento (Coutinho, 2013).

### 3.4.3.Meios de transmissões dos Carros de Combate da Divisão NATO

#### Meios de Origem Americana

Os carros de combate da Divisão NATO vinham equipados com o posto rádio emissor recetor SCR-508/528. O SCR-508 tinha possibilidade de estar em duas frequências, enquanto o outro só permitia uma (Coutinho, 2013).

Este equipamento também assegurava a intercomunicação entre os membros da guarnição e a ligação com o pessoal apeado, utilizando o telefone exterior. Os carros de combate de comando estavam equipados com um emissor-recetor SCR-508 (devido ao facto de permitir as duas frequências simultâneas), enquanto os restantes CC estavam

## Resultados

equipados com o recetor SCR-528. Todos os carros possuíam ainda um sistema de intercomunicação e um telefone exterior RC-298 ou NA/VIA-1, para ligação com as tropas apeadas (Coutinho, 2013).

### Meios de origem canadiana

Nos CC M5 A1 a ligação rádio e a intercomunicação eram assegurados pelo P19. Nos carros de combate M4 A1 também era o P19 que as assegurava. A ligação com a infantaria era assegurada pelo WS-88, que nunca chegou a ser montado. As unidades de alimentação deste rádio foram aplicadas nas autometralhadoras Ferret para fornecerem corrente ao rádio IRET PRC-39 6x e assegurarem a intercomunicação. O equipamento podia ser alimentado por corrente de 12 ou 14 volts (Coutinho, 2013).

O P19 Mk III de origem canadiana tinha as inscrições em inglês e russo. Era constituído por dois emissores-recetores e um sistema de intercomunicação. O WS-88 era um rádio de frequência modulada, com um alcance de cerca de 5 km (Coutinho, 2013).

### 3.4.4.O Emprego

O emprego de carros de combate em Portugal não foi um assunto que tenha sido alvo de muito pensamento até à entrada de Portugal na NATO, tal como descreve Coutinho (2012).

No período pré NATO as conceções referentes à utilização de viaturas blindadas, eram muito baseadas nas conceções dos britânicos, mas muito marcadas ainda pela experiência da Grande Guerra e não acompanhando as inovações da 2ª guerra mundial. Desta forma, o emprego deste tipo de meios estava apoiado nas seguintes características:

<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Poder de fogo	Tiro às curtas distâncias
Rapidez de deslocação em TT	Dificuldades em ocultar a aproximação
Instantaneidade na entrada em ação	Dificuldades na utilização à noite
Economia de Pessoal	Exigências de reabastecimento
Proteção constante ao pessoal e ao armamento	Exigências de conservação e revisões periódicas e frequentes
Comando sob as tropas apeadas	Dificuldades do manejo e emprego
	Dificuldades de visão

Figura 3 Vantagens e Desvantagens dos CC (1944)

Fonte: Tendo como base (Rodrigues, 1944, p.453)

Enumeradas pelo Capitão Pascoal Rodrigues, que descreve ainda que a missão dos carros consistia em preparar e facilitar o movimento dos escalões de ataque na ofensiva, com a sua mobilidade em todo o terreno, graças ao seu sistema de propulsão, ao armamento, peso e volume, que lhe dão a capacidade de transposição e a sua blindagem confere proteção e aumenta o poder defensivo.

As suas possibilidades de emprego eram (Rodrigues, 1944):

- Em missões de apoio imediato do escalão de ataque apeado, que precedem a curta distância;
- Nos ataques das formações blindadas inimigas:
- Eventualmente como meio de manobra de fogos ou base de fogos muito móvel;
- Na segurança dos flancos do escalão de ataque e até como órgão de informação do comando ou de segurança do dispositivo geral de combate;
- Na defensiva, como reserva móvel de fogos e elementos de contra-ataque ou apoio de contra-ataques.

O Esquadrão de Carros de Combate é fundamentalmente a unidade elementar de carros, sendo a mais pequena unidade de manobra, devendo dispor de tudo o que necessita

para poder destacar-se, viver e combater isoladamente, estando apto a desempenhar-se de missões em que tenha de contar apenas com os seus recursos, podendo, portanto, assim atuar independentemente: unidade tática fundamental (Rodrigues, 1944).

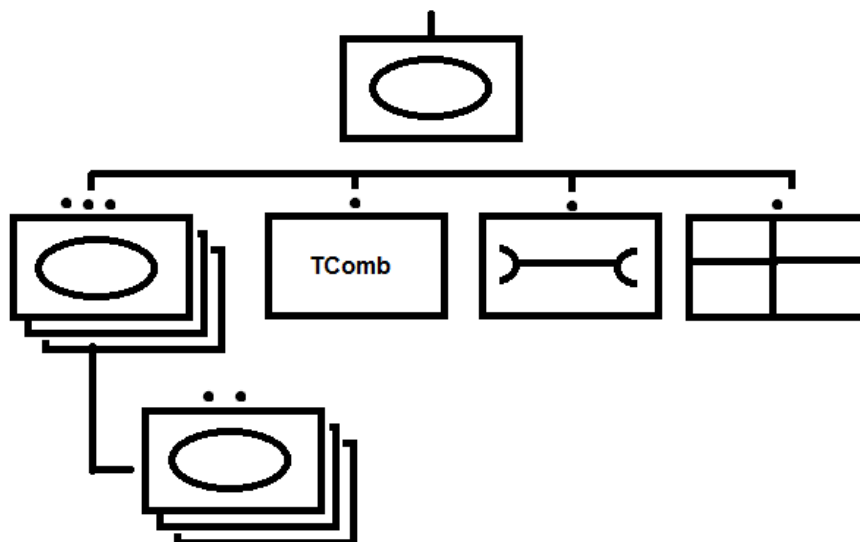


Figura 4 QO ECC (1939)

Já neste período, a forma de emprego de meios blindados não era consensual entre os oficiais de cavalaria, pois a contrastar com a forma apresentada anteriormente, e que era a aplicada, o Capitão Fontes Pereira de Mello publicou um artigo intitulado de “A Cavalaria blindada e a Infantaria”, na Revista de Cavalaria em 1955, onde alertava para uma nova modalidade de cooperação que deveria ser adoptada pelas duas armas.

Descreve o binário infantaria-carros através de uma descrição de como o aumento das ameaças e armamentos anto-carro se tornou imprescindível à cavalaria que não se faça acompanhar de grupos de atiradores. A Infantaria necessita do apoio dos carros de forma a dotá-los de uma maior proteção face ao enorme aumento de armas automáticas, bem como fator moralizante das tropas.

Tendo como base para o seu artigo a organização e o emprego técnico e tático utilizado pelas Divisões de Infantaria americanas (organização esta que foi adotada pela nossa GU).

## Resultados

Orgânica de carros da GU, em Anexo D.

O emprego do Grupo de Carros de Combate Divisionário destina-se a fornecer o apoio necessário ao desempenho da missão geral da divisão, devendo ser necessário na maior concentração possível (Mello, 1955).

Os Esquadrões de Carros dos Regimentos de Infantaria, destinam-se a aumentar o poder de fogo e choque do Regimento, bem como proteção anti-carro.

## CONCLUSÃO

### 4.1. Resposta às Questões Derivadas

De forma a podermos observar “**Quais foram as necessidades de infraestruturas e as alterações na distribuição territorial, que a criação da Divisão Nun’Álvares provocou na Arma de Cavalaria?**”, é necessário analisar o projeto e a forma como foi levantada a Grande Unidade, tal como descrito no capítulo 3.

Inicialmente há que ter em conta que, apesar da necessidade evidente dum espaço para a instrução e treino de uma unidade destas dimensões, o Exército não se encontrava de alguma forma preparado para a conceção de um projeto desta envergadura. Foi necessária a construção de um conjunto imenso de infraestruturas que exigiram um grande esforço por parte do Exército de forma a “finalizar” a construção do CIMSM dentro do prazo.

As infraestruturas necessárias para alojar uma GU, foram diversas: desde as variantes de edifícios modulares de forma a suprimir as necessidades internas da unidade, os hangares, os furos de água e a construção da estação ferroviária de forma a permitir o transporte e recolha dos *M47 Patton*.

Na distribuição territorial não se verificaram alterações às apresentadas na organização militar de 1938, tendo apenas alguns Regimentos, como o RC 3, o RC 7 e o RC 8, sido alvo de construções (de hangares, principalmente) de forma a permitir a acomodação dos novos meios.

A atribuição de responsabilidades às unidades, para a integração na GU, esta dependia da Região Militar ao qual o comando da GU estava subordinado.

É assim possível afirmar, como resposta à questão derivada, que a necessidade de infraestruturas limitou-se à construção de (todo) um novo quartelamento numa região isolada, que permitisse o treino e instrução de uma GU, com todas as condições para alojamento de pessoal e recolha de meios, solicitando-se a construção de hangares nas

unidades a que foram fornecidos os M47. A distribuição territorial das unidades de Cavalaria não foi alterada.

A segunda questão derivada: **“Que alterações foram realizadas no armamento e equipamento da Arma de Cavalaria no âmbito da Divisão Nun’Álvares?”**

Na análise efetuada, face ao armamento e equipamento com que as unidades de Cavalaria da GU foram dotadas é possível referir as características comuns com que todos os novos meios superavam os anteriores, nomeadamente em relação à sua forma, velocidade, potência de fogo, maneabilidade e as suas inovações tecnológicas como os sistemas de pontaria e os sistemas de visão noturna (os infravermelhos).

Os novos meios, permitiram a diversificação da utilização dos meios blindados, permitindo dotar os ERec de M-24 e de M-5, o que lhes atribuía um poder de fogo e velocidade, bastante elevados para a época, nas missões de reconhecimento, contrastando com os frágeis Vickers.

O M-47 foi adotado como o carro de combate principal do Exército Português, sendo que, por ter sido o que foi recebido em quantidade mais avultada, ou pela disponibilidade de sobressalentes ou de munições, teve sempre a primazia em relação aos demais tipos de carros de combate recebidos, como os de origem canadiana, que não chegaram a ser utilizados em unidades operacionais.

Os meios de transmissões dos carros de combate americanos, vinham uniformes, permitindo manter uma rede interna entre carros, com o comandante a transmitir em duas frequências, possibilitando assim um maior comando e controlo, enquanto que os meios canadianos, por serem superiores e pelo por excesso de zelo dos responsáveis portugueses, foram trocados com as versões anteriores do Centauro e nunca chegaram a ser utilizados.

Assim a que a resposta à questão derivada é que, como nos é possível observar, os novos meios, recebidos no âmbito do acordo com os EUA, permitiu ao Exército Português formar realmente unidades blindadas, com orgânicas completas e com variedade de meios blindados dentro da mesma unidade, sendo uns para as secções de carros (M-47) e outros para as unidades de comando (*Sherman*). Em números que permitiu equipar três regimentos mecanizados, mais a EPC e sendo que nos últimos anos da década de cinquenta, o RC 8 empenhava na GU um GCC e três ECC. Com meios em

tudo superiores aos anteriores, marcando uma profunda alteração do emprego dos meios blindados em Portugal.

Por fim, a última questão derivada: **“Que alterações se verificaram na doutrina e pensamento da Arma de Cavalaria, face ao salto tecnológico dos meios adquiridos no âmbito do programa de ajuda militar americano?”**

Referente às alterações na forma de emprego dos meios blindados à que salientar inicialmente, que esta vai ser analisada de duas formas, uma referente às concepções dos dois períodos e outra tendo em vista as adaptações nas orgânicas.

Em relação às concepções é possível observar que anteriormente há NATO, as vantagens atribuídas à arma blindada eram muito semelhantes, realçando o poder de fogo, a velocidade, a mobilidade todo o terreno, a proteção e a economia de pessoal. No entanto em termos de inconvenientes e de certa forma, devido aos nossos meios, ainda considerávamos que o tiro só era eficaz às curtas distâncias, dificuldades de manejo e emprego dos meios, bem como dificuldades de utilização em condições de visibilidade reduzida. Estas ideias, aliadas ao facto de o seu emprego ser previsto em apoio ao ataque apeado, em escalões reduzidos (companhias, a três pelotões com quatro carros cada um) e da elevada necessidade de apoio logístico, tornavam o seu real emprego fútil, face aos modernos teatros de forças mecanizadas (e não blindadas, como as nossas).

Sendo que nas novas concepções, trazidas pela NATO, a realidade já era diferente, o conceito de carros em apoio da tropa apeada ainda permanecia mas já era previsto também a tropa apeada em apoio dos carros, sendo que estes deveriam atuar em conjunto de forma a tirarem o máximo partido das potencialidades individuais das Armas e diminuir as suas vulnerabilidades. Seguindo o modelo das Divisões de Infantaria americanas, onde tínhamos um GCCD de forma a rentabilizar o choque e a massa dos carros para a ação decisiva da GU, enquanto que os RI estavam guarnecidos com ECC para lhes garantirem poder de fogo e proteção. Já num contexto de utilização de meios blindados em fogo e manobra, inseridos numa GU e não em escalões reduzidos e isolados para apenas conferirem proteção à tropa apeada.

#### 4.2. Resposta à Questão Central

Através de toda a pesquisa e estudo elaborado, foi então possível reunir as condições para responder à Questão Central: **Quais as alterações provocadas pela criação da Divisão Nun'Álvares na Arma de Cavalaria, do Exército Português?**

Inicialmente, há que ter em conta que a implementação de uma GU em Portugal, nomeadamente com os meios da qual esta foi dotada, consistiu numa realidade completamente nova para o Exército Português, pois este não possuía tradição de GU (sendo a sua última o CEP), muito menos estes quantitativos de meios blindados, e sem referir a falta de conceitos teóricos para o emprego dos mesmos.

Assim sendo, foi necessário criar um plano de raiz (com o auxílio do MAAG) para o levantamento de uma GU, tendo como base os requisitos definidos pelos responsáveis portugueses, desenhando assim um modelo de Divisão TP. O que não correspondeu às expectativas iniciais, quando Portugal se apercebeu que a sua força estaria integrada num escalão superior americano, pelo qual teria de adotar a orgânica e procedimentos americanos.

Desta forma, o espaço idealizado para alojar a referida GU teve de ser alterado, de forma a poder albergar a quantidade elevada de pessoal para o seu funcionamento, bem como para a recolha e manutenção dos seus meios, levando assim ao desenvolvimento progressivo do CIMSM, de acordo com os requisitos.

Bem como o facto, de que à medida que os meios iam chegando, e sendo distribuídos pelas diversas unidades territoriais, estas seriam alvo de construção de hangares para acomodação dos mesmos, e assim que prontos, eram iniciadas formações de oficiais e sargentos para o uso e ensino dos mesmos. Criando assim os tais “nichos” que o MAAG almejava.

A chegada dos novos meios veio demonstrar também a evolução que estes tinham sido alvo, bem como todas as suas potencialidades, pois algumas das desvantagens que tínhamos definidas doutrinariamente já não eram reais devido aos avanços tecnológicos, como o sistema de infravermelhos, os sistemas de tiro ou a sua maneabilidade.

Tudo isto, veio integrar-se com a adoção das orgânicas americanas, atribuindo mais meios blindados às suas GU de infantaria, iniciando assim um sistema de armas combinadas, onde a infantaria e os carros se complementavam e adaptavam consoante as

dificuldades táticas apresentadas, e tendo ainda mais um GCCD de forma a executar ou apoiar o ataque decisivo consoante as intenções da sua GU. Inserindo assim um dos sistemas de armas mais avançados no período, numa orgânica atual e consistente, bem como um modo de emprego dinâmico e versátil. Passando assim, com a adesão de Portugal à NATO, e com as ajudas daí provenientes, de um Exército significativamente atrasado em relação aos restantes exércitos europeus, para um Exército com uma força eficaz embora que reduzida.

### 4.3.Limitações da Investigação

Ao longo da investigação foram surgindo diversos obstáculos que, de uma forma ou de outra, dificultaram o seu desenvolvimento. Há que referir o reduzido número de autores que abordam esta temática. Não havendo muita discussão no interior do exército face aos meios blindados após a adesão à NATO, bem como que na atualidade os autores que referem este período ou a utilização dos mesmos, acabarem por se verificar sempre os mesmos.

### 4.4.Propostas para futuras investigações

No decorrer da presente investigação foram surgindo diversas situações que poderiam dar origem a novas investigações. Poderia alastrar-se este estudo a outras Armas e Serviços do Exército Português e realizar-se a mesma análise nos seus meios ou formas de emprego, bem como focar o mesmo tipo de investigação em outras unidades operacionais do período ou incidir numa única unidade e realizar uma análise pormenorizada do contraste destas inovações com a sua realidade regimental.

Outra das hipóteses, seria a avaliação do desempenho destas unidades em exercícios integrados na GU, durante um período de tempo considerável.

Por último, outro desafio seria o de analisar a evolução da formação e instrução no Exército Português neste período, de maneira a poder caracterizar as alterações aí realizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Militar. (2015). *NEP n°520/4ª*. Lisboa: Academia Militar.
- Amorim, P. (1956). Transmissões na Cavalaria. *Revista da Cavalaria*. 119-126
- Araújo, M.G.de. (1941). *Mecanização e Motorização*. Lisboa: Editorial Império.
- Barata, M. T., & Teixeira, N. S. (2004). *Nova História Militar de Portugal Vol.IV* (1ª Edição ed.). Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Botelho, A. (1940, Janeiro). Cavalaria Moderna. *Revista de Cavalaria*. Vol. 1, 2, 87-96.
- Botelho, A. (1940a, Novembro). Motorizados e Blindados - Os Orgãos. *Revista da Cavalaria*. Vol. 1, 2, 87-96
- Botelho, A. (1940b, Setembro). Motorizados e Blindados - As Missões. *Revista da Cavalaria*. Vol. 1, 2, 87-96
- Coutinho, P. (2012). Exército Português - Carros de Combate (1ª Parte). *Revista da Cavalaria*. vol.27, 8-12
- Coutinho, P. (2013). Exército Português - Carros de Combate (2ª Parte). *Revista da Cavalaria*. vol.28, 40-45
- Coutinho, P. (2013). Exército Português - Carros de Combate (3ª Parte). *Revista da Cavalaria*. vol. 29, 31-33
- Deslandes, L. (1956). A Cavalaria Blindada. *Revista da Cavalaria*. 317-335
- Duncan, D. (1955) O emprego dos blindados em massa. *Revista da Cavalaria*. 135-152
- Gomes, C. (1941, Janeiro). Novos Meios. *Revista da Cavalaria*, vol. 2,1, 9-22
- Marcos, M. (1951). O moderno regimento de Cavalaria. *Revista da Cavalaria*. 153-161
- Marconi, Marina e Lakatos, Eva (2003). *Fundamentos de Metodologia da investigação*, 5ª edição, São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Mello, de. (1952). A Cavalaria Blindada e a Infantaria. *Revista da Cavalaria*. 181-191

## Referências

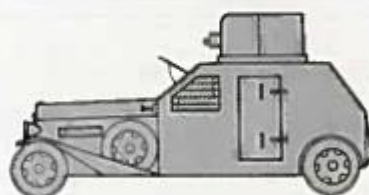
- Neves, P. (2015). *Teses em Ciências Sociais*. (M. Robalo, Ed.) (1º ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Oliveira, A. N. R. de. (1994). *História do Exército Português (1910-1945) vol. III*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Oliveira, A. N. R. de. (1995). *História do Exército Português (1910-1945) vol. IV*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- QG/CMSM. (2002). *Campo Militar de Santa Margarida 1952-2002*.
- QG/CMSM. (2012). *CMSM 1952-2012*.
- Ramalho, J. L. P. (1999). A Contribuição do Exército Português para a OTAN. *Nação E Defesa*, 89, 101–119.
- Rocha, J. M. L. da S. (2015). *Planeamento de Defesa e Gestão de Alianças - Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria 1945-1959. Statewide Agricultural Land Use Baseline 2015*. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Rodrigues, P. (1944). O Esquadrão de Carros. *Revista da Cavalaria*. 452-480
- Rosas, F. (1990). *Portugal entre a paz e a Guerra -1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rougerom, C. (1951). A Blindagem na Guerra Moderna. *Revista da Cavalaria*. 306-311
- Santos, C. (1955) Infantaria-Carros-Artilharia. *Revista da Cavalaria*. 13-38
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa
- Serra, João B. (1997). *Portugal Moderno 1910-1940*, coord. Paulo Henriques, Catálogo Exposição Portugal-Frankfurt, 1997
- Telo, A. J. (1991). *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945) Vol.II*. Lisboa: Vega.
- Telo, A. J. (1996). *Portugal e a NATO*. Lisboa: Edições Cosmos.

#### VIATURAS BLINDADAS

As viaturas blindadas começaram a ser utilizadas a partir de 1930. No álbum *Tanks and Armoured Vehicles*<sup>1</sup> encontra-se uma referência, dizendo que, "até 1928, os portugueses estiveram sempre pouco interessados nas viaturas blindadas". A falta de interesse residiu, naturalmente, na carência de recursos financeiros. O quadro seguinte mostra o material que esteve em uso de 1930 a 1945:

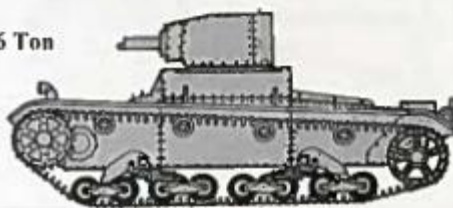
##### Auto-metralhadora A.M. Fiat 4x2

Em 1930 foram construídas três na G.N.R..

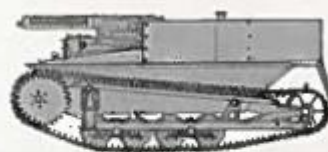


##### Carro de combate C.C. Vickers "E" 6 Ton

Em 1931 foram adquiridos dois pelos Fundos de Instrução do Exército.



##### Viatura de acompanhamento C.C. Lig. Carden Loyd 1,5 Ton



Em 1931 foram adquiridos seis pelos Fundos de Instrução do Exército.

##### Auto-metralhadora A.M. Berliet U.D.B. 4 6x6 10 Ton

Em 1932 foram adquiridas duas em FRANÇA.

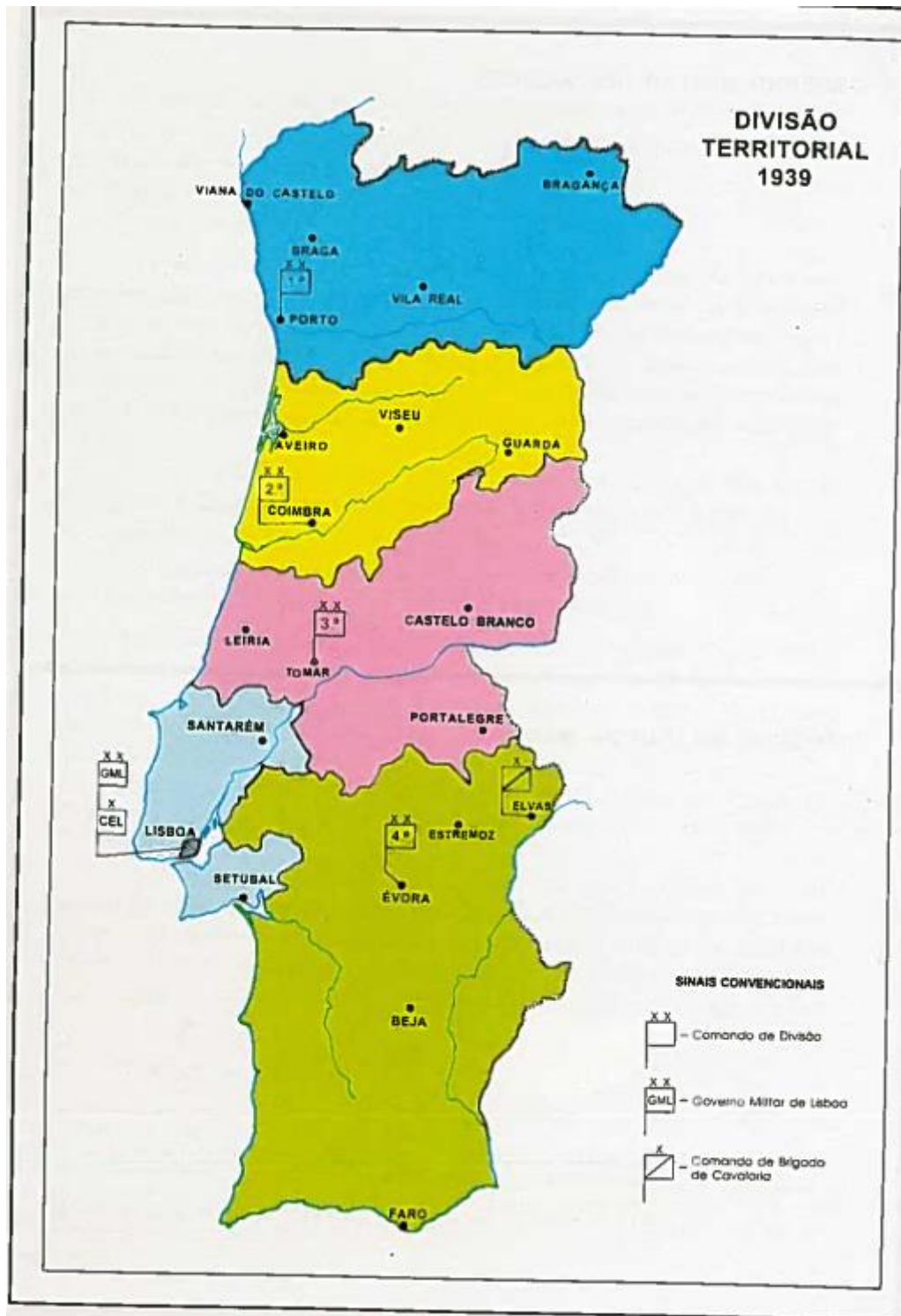


Fonte: (Oliveira, 1995, p.162)

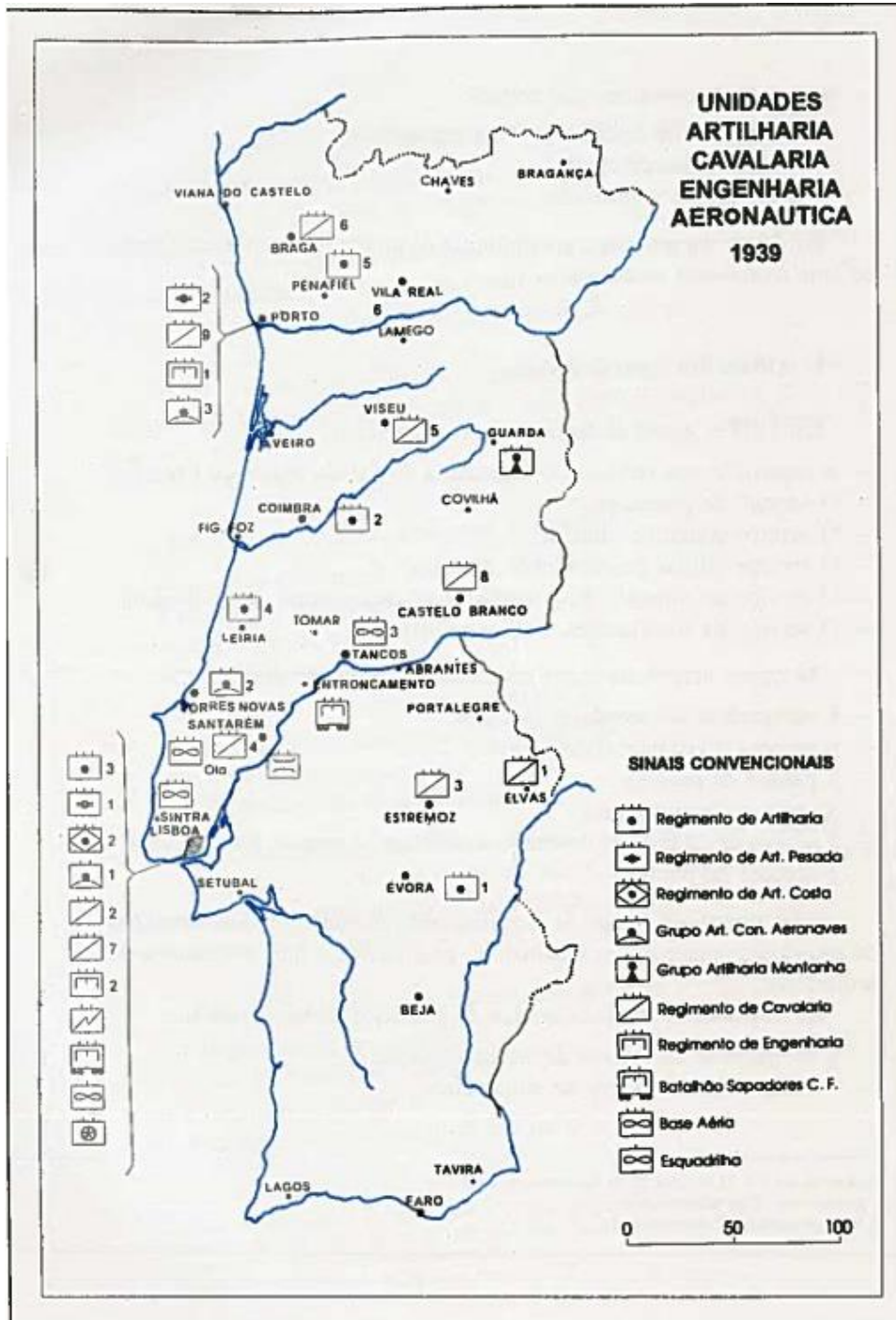


Fonte: (Oliveira, 1995, p.163)

Anexo B

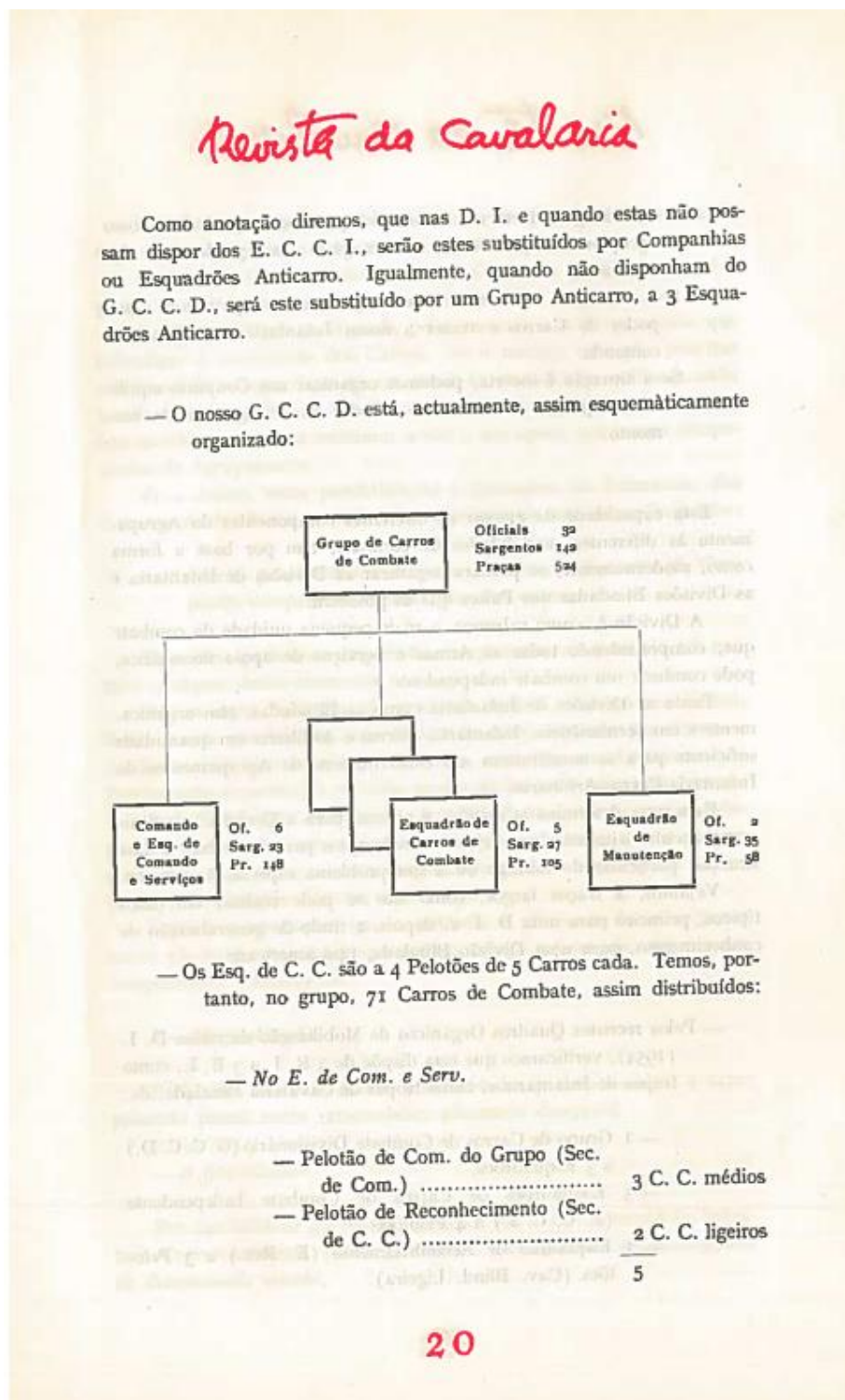


Fonte: (Oliveira, 1995, p.125)



Fonte: (Oliveira, 1995, p.212)

Anexo D



Fonte: (Santos, 1955, p.20)